



Demonstrações financeiras de 2021

Índice

BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO	9
3. GESTÃO DE RISCOS	13
4. EVENTOS ESPECIAIS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO	17
5. AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES	21
6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO	33
7. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS	36
8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	37
9. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES	38
10. INVESTIMENTOS	39
11. IMOBILIZADO	42
12. INTANGÍVEL	44
13. TESTE DE <i>IMPAIRMENT</i> DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS	46
14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	48
15. FORNECEDORES	52
16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS	52
17. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES	53
18. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	53
19. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS	55
20. PARTES RELACIONADAS	57
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	59
22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	61
23. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS	62
24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS	62
25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	62
26. RESULTADO FINANCEIRO	62
27. RESULTADO POR AÇÃO	63
28. PROCESSOS JUDICIAIS	63
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	64
30. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA	66
31. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	67
GOVERNANÇA CORPORATIVA	68
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	68

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020 (reapresentado)	2021	2020 (reapresentado)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	721.361	465.378	934.807	881.364
Clientes	8	194.564	-	347.293	276.307
Dividendos a receber	20	36.848	34.146	7.514	6.839
Outros créditos	9	147.718	101.124	190.491	166.499
		1.100.491	600.648	1.480.105	1.331.009
Não circulante					
Caixa restrito	7	-	-	226.299	461.771
Clientes	8	-	-	18.493	31.088
IRPJ e CSLL diferidos	18	-	-	3.597	157.306
Outros créditos	9	69.442	61.408	83.555	71.653
		69.442	61.408	331.944	721.818
Investimentos	10	3.338.407	4.355.354	726.540	821.263
Imobilizado	11	2.249.284	6.047	6.985.620	6.599.678
Intangível	12	229.076	16.621	1.111.610	1.119.436
		5.816.767	4.378.022	8.823.770	8.540.377
		5.886.209	4.439.430	9.155.714	9.262.195
Total do ativo		6.986.700	5.040.078	10.635.819	10.593.204

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Fornecedores	15	143.827	2.356	221.660	84.815
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	103.046	4.955	355.457	373.861
Obrigações trabalhistas e tributárias	16	29.570	19.877	58.962	44.537
Passivos de arrendamentos	19	11.698	2.845	16.794	20.057
Outras obrigações	17	128.038	33.921	136.926	85.061
		416.179	63.954	789.799	608.331
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	2.108.470	973.261	5.304.927	5.522.993
Fornecedores	15	159.153	-	168.508	214.682
Passivos de arrendamentos	19	55.603	11.749	105.215	105.330
IRPJ e CSLL diferidos passivos	18	56.996	37.550	63.832	62.022
Outras obrigações	17	1.584	210.593	14.823	225.006
		2.381.806	1.233.153	5.657.305	6.130.033
Total do passivo		2.797.985	1.297.107	6.447.104	6.738.364
Patrimônio líquido					
Capital social	21	3.968.679	3.833.245	3.968.679	3.833.245
Ações em tesouraria		(1.664)	-	(1.664)	-
Custo com captação de recursos		(72.944)	(72.944)	(72.944)	(72.944)
Reservas de capital		135.483	132.077	135.483	132.077
Reservas de lucro		547.715	241.618	547.715	241.618
Ajuste de avaliação patrimonial		(388.554)	(391.025)	(388.554)	(391.025)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		4.188.715	3.742.971	4.188.715	3.742.971
Participação dos não controladores		-	-	-	111.869
Total do patrimônio líquido		4.188.715	3.742.971	4.188.715	3.854.840
Total do passivo e patrimônio líquido		6.986.700	5.040.078	10.635.819	10.593.204

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração de resultados do exercício findo em 31 dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020 (reapresentado)	2021	2020 (reapresentado)
Receita operacional líquida	22	604.783	-	1.769.719	1.102.141
Custos da operação, conservação e compras	23	(569.327)	-	(1.166.936)	(695.184)
Lucro bruto		35.456	-	602.783	406.957
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas, pessoal e gerais	24	(53.228)	(24.218)	(102.139)	(60.718)
Outras receitas (despesas) operacionais	25	691.273	169.108	695.569	183.005
Resultado de equivalência patrimonial	10	(31.285)	28.495	1.220	9.493
		606.760	173.385	594.650	131.780
Resultado operacional		642.216	173.385	1.197.433	538.737
Receitas financeiras	26	19.170	14.443	42.990	23.698
Despesas financeiras	26	(218.921)	(91.117)	(746.220)	(441.416)
		(199.751)	(76.674)	(703.230)	(417.718)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		442.465	96.711	494.203	121.019
Imposto de renda e contribuição social	18	(136.368)	(37.550)	(195.730)	(56.491)
Lucro líquido do exercício		306.097	59.161	298.473	64.528
Atribuível aos					
Acionistas da controladora				306.097	59.161
Acionistas não controladores				(7.624)	5.367
Lucro líquido do exercício				298.473	64.528
Lucro do exercício básico por ação – (R\$)	27	1,6345	0,3337	1,6345	0,3337
Lucro do exercício diluído por ação – (R\$)	27	1,6345	0,3289	1,6345	0,3289

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes do exercício findo em 31 dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020 (reapresentado)	2021	2020 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	306.097	59.161	298.473	64.528
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	306.097	59.161	298.473	64.528
Participação dos controladores	306.097	59.161	306.097	59.161
Participação dos não controladores	-	-	(7.624)	5.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Atribuível aos acionistas da Controladora														
	Reserva de capital					Reserva de lucros					Ajuste de avaliação patrimonial				
	Capital social	Ações em tesouraria	Custo com captação de recursos	Ágio na subscrição de ações	Opções de ações outorgadas reconhecidas	Reserva bônus de subscrição	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Estatutária e de investimentos	AVJ de ações emitidas	Resultado em transação de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total Geral
Em 1º de janeiro de 2020	2.664.014	-	(55.810)	95.521	10.068	15.995	9.114	35.324	138.019	(95.733)	-	-	2.816.512	45.151	2.861.663
Transações com acionistas															
Aumento de capital na aquisição de CEA III	201.016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	201.016	-	201.016
Ajuste ao valor justo das ações emitidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(57.666)	-	-	(57.666)	-	(57.666)
Mais valia na aquisição de Delta 7 e Delta 8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(147.683)	-	(147.683)	-	(147.683)
Ágio aquisição das ações de Asteri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(89.943)	-	(89.943)	-	(89.943)
Oferta de ações	896.964	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	896.964	-	896.964
Custos com emissão de ações	-	-	(17.134)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.134)	-	(17.134)
Aumento de capital decorrente do exercício de opções de ações	71.251	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71.251	-	71.251
Prêmio recebido na outorga de opções	-	-	-	-	8.145	-	-	-	-	-	-	-	8.145	-	8.145
Opções outorgadas aos colaboradores	-	-	-	-	2.348	-	-	-	-	-	-	-	2.348	-	2.348
Compra de participação dos minoritários - Asteri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.607)	(44.607)
Dividendos preferencialistas de Asteri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.027)	(6.027)
Minoritários na aquisição de Chui	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	111.985	111.985
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59.161	59.161	5.367	64.528
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	2.958	-	-	-	-	(2.958)	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	14.050	-	-	-	(14.051)	-	-	-
Reserva de lucro estatutária e investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	42.153	-	-	(42.153)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.833.245	-	(72.944)	95.521	20.561	15.995	12.072	49.374	180.172	(153.399)	(237.626)	-	3.742.971	111.869	3.854.840
Transações com acionistas															
Aumento de capital decorrente do exercício de opções de ações	12.740	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.740	-	12.740
Incorporação de ações	116.700	-	-	-	-	-	-	-	-	8.280	-	-	124.980	(104.245)	20.735
Ações em tesouraria	-	(1.664)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.664)	-	(1.664)
Prêmio recebido na outorga de opções	-	-	-	-	3.406	-	-	-	-	-	-	-	3.406	-	3.406
Aquisição de ações - OMC	5.994	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.809)	-	185	-	185
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	306.097	306.097	(7.624)	298.473
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	15.305	-	-	-	-	(15.305)	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	72.698	-	-	-	(72.698)	-	-	-
Reserva de lucro estatutária e investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	218.094	-	-	(218.094)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.968.679	(1.664)	(72.944)	95.521	23.967	15.995	27.377	122.072	398.266	(145.119)	(243.435)	-	4.188.715	-	4.188.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	442.465	96.711	494.203	121.019
Ajustes:				
Depreciação e amortização	25.722	2.434	402.024	263.555
Resultado de equivalência patrimonial	31.285	(28.495)	(1.220)	(9.493)
Reversão de <i>impairment</i>	(690.464)	-	(690.464)	21.481
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	173.520	60.991	605.262	348.455
Receita financeira de aplicações financeiras	(15.370)	-	(40.282)	(23.475)
Programa de remuneração baseado em ações	-	2.348	-	2.348
Ganho por compra vantajosa – aquisição Assuruá 3, Complexo Chuí e Ventos da Bahia 1 e 2	-	(169.985)	-	(169.985)
Outros	5.715	4.983	11.220	9.401
	(27.127)	(31.013)	780.743	563.306
(Aumento) redução nos ativos				
Clientes	(152.485)	63	(58.391)	(17.061)
Mútuo à funcionários	2.642	(73.035)	2.642	(73.035)
Outros créditos	40.263	(32.883)	(47.819)	17.303
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	135.548	1.246	90.671	53.578
Obrigações trabalhistas e tributárias	2.201	7.437	14.425	(3.681)
Outras contas a pagar	(177.644)	40.036	(128.127)	(39.375)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	(176.602)	(88.149)	654.144	501.035
Dividendos recebidos	53.851	91.781	16.913	9.709
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(86.071)	(38.515)	(458.101)	(275.837)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(40.211)	(27.457)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(208.822)	(34.883)	172.745	207.450
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Incorporação de empresas, líquido do caixa adquirido	371.287	-	-	-
Aquisição de Delta 7, Delta 8, Assuruá 1, II, 3, Complexo Chuí e Ventos da Bahia 1 e 2, líquido do caixa adquirido	-	(1.281.710)	-	(1.012.298)
Aquisição de ações de Asteri (Nota 5.2.4)	-	(137.371)	-	(137.371)
Recursos para aumento de capital	(180.304)	-	-	-
Redução de capital	132.600	96.373	77.500	3.950
Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis	(11.215)	(3.185)	(59.697)	(53.088)
Integralização de capital em controladas	(1.010.394)	(43.338)	(2.040)	-
Aplicações financeiras – caixa restrito	111.584	-	275.754	10.635
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(586.442)	(1.369.231)	291.517	(1.188.172)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.050.000	160.000	1.051.904	250.371
Custo de captação	(4.637)	(3.278)	(4.637)	(4.433)
Pagamento de principal - empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.647)	-	(1.455.500)	(307.944)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	36	-
Ações em tesouraria adquiridas	(1.664)	-	(1.664)	-
Aumento de capital social pela oferta de ações	-	896.964	-	896.964
Custos com emissão de ações	-	(17.134)	-	(17.134)
Aumento de capital decorrente do exercício de opções de ações	12.740	71.251	12.740	71.251
Dividendos pagos	-	-	(1.367)	(6.027)
Prêmio recebido na outorga de opções de ações	3.406	8.145	3.406	8.145
Arrendamentos pagos	(3.951)	-	(15.737)	(13.577)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos	1.051.247	1.115.948	(410.819)	877.616
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	255.983	(288.166)	53.443	(103.106)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	465.378	753.544	881.364	984.470
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	721.361	465.378	934.807	881.364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado do exercício findo em 31 dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020 (reapresentado)	2021	2020 (reapresentado)
Receitas	610.004	171.232	1.770.685	1.276.813
Vendas de mercadorias produtos e serviços	609.394	-	1.769.615	1.106.418
Outras receitas	610	171.232	1.070	170.395
Insumos adquiridos de terceiros	100.803	(16.644)	(124.330)	(450.795)
Custos prods., mercs., e serviços vendidos	(533.688)	-	(589.528)	(347.984)
Materiais, servs. de terceiros e outros	(56.035)	(12.485)	(232.350)	(107.904)
Perda/recuperação de valores ativos	690.710	(1.494)	684.447	(20.928)
Outros insumos	(184)	(2.665)	13.101	26.021
Valor adicionado bruto	710.807	154.588	1.646.355	826.018
Depreciação e amortização	(25.722)	(2.434)	(402.024)	(263.555)
Valor adicionado líquido	685.085	152.154	1.244.331	562.463
Valor adicionado recebido em transferência	(15.512)	42.146	42.012	33.418
Resultado de equivalência patrimonial	(31.285)	28.495	1.220	9.493
Receita financeira	15.773	13.651	40.792	23.925
Valor adicionado total	669.573	194.300	1.286.343	595.881
Distribuição do valor adicionado	669.573	194.300	1.286.343	595.881
Pessoal	1.479	4.603	38.231	35.711
Impostos, taxas e contribuições	146.956	40.872	206.507	55.155
Remuneração de capitais de terceiros	215.041	89.664	743.132	440.487
Remuneração de capital próprio	306.097	59.161	298.473	64.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Omega Geração S.A. (“Controladora”) é uma sociedade por ações, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “B”, sob o código 23426, sediada em Belo Horizonte (Minas Gerais), na Avenida Barbacena, nº. 472, 4º. andar.

Fundada em 2008, a Omega é uma Companhia que detém participação em ativos de geração, que atuam exclusivamente na produção e comercialização de energia elétrica, com foco em energia limpa e renovável, sem qualquer exposição ao desenvolvimento e implantação de ativos. Seu escopo de atuação inclui fontes eólica, hídrica e solar. Visando a simplificação de sua estrutura societária, a Omega durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, passou a absorver os contratos que estavam alocados inicialmente na Omega Geração Comercializadora de Energia Ltda. (“OMGC”), adicionando assim a atividade de comercialização de energia. A partir de dezembro de 2021, iniciou o processo de absorção também dos contratos da Omega Comercializadora de Energia S.A. (“OMC”). No período findo em 31 de dezembro de 2021, a Omega Geração concluiu a incorporação das empresas que integram o Complexo Eólico Hermenegildo, Santa Vitória do Palmar, Asteri e Gargaú, com extinção das empresas incorporadas.

Em 31 de dezembro de 2021, a Omega e suas controladas diretas e indiretas operavam 79 empreendimentos, com capacidade total instalada para geração de 1.863,2 MW de energia renovável (considerando a capacidade proporcional da participação nas *joint ventures* Hidrelétrica Pipoca (“Pipoca”), Complexo Solar Pirapora (“Pirapora”) e Complexo Ventos da Bahia 1 e 2 (“Ventos da Bahia 1 e 2”), localizados nos estados da Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

A energia produzida é vendida majoritariamente por meio de contratos de longo prazo, com preços fixos indexados à inflação, seja no ambiente de contratação regulado, através dos leilões promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), seja no ambiente de contratação livre, em negociação direta com os compradores. Parte da energia produzida é comercializada em contratos de prazo mais curto, através de contratos de preço fixo. As informações por segmento e detalhes operacionais dos ativos estão apresentadas na Nota 6.

As atividades do Grupo, assim como de todas as empresas atuantes no setor são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulado;
- ACL – Ambiente de Comercialização Livre;
- CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- MCP – Mercado de Curto Prazo;
- LER – Leilão de Energia de Reserva;
- MRE – Mecanismo de Realocação de energia;
- PLD – Preço de Liquidação das Diferenças; e
- Proinfa – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.
- PCH – Pequena Central Hidrelétrica.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); e os pronunciamentos contábeis,

interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

2.2 Base de apresentação, declaração de relevância e continuidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; e (ii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07.

A Administração avaliou a capacidade da Omega em continuar operando normalmente e está convencida de que as empresas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 07 de março de 2022. Os eventos subsequentes foram avaliados até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera (“moeda funcional”), que no caso da Omega é o real (“BRL” ou “R\$”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e de suas controladas diretas e indiretas (“controladas”). A política contábil para a classificação dos investimentos e sua consolidação está descrita na Nota 10.

As controladas, diretas e indiretas, bem como as participações em *joint ventures* e respectivas atividades agrupadas por unidade geradora de caixa (UGC) são as seguintes:

Controladas diretas e indiretas (consolidadas)	Localização das operações	Atividade e UGC	% Participação total	
			2021	2020
Controladas diretas				
Assuruá Energia S.A. (“Assuruá”) (i)	Bahia	Holding	100%	100%
Assuruá 3 Energia S.A. (“Assuruá 3”) (vi)	Bahia	Holding	100%	100%
Delta 1 Energia S.A. (“Delta 1”)	São Paulo	Holding	100%	100%
Delta 5 I Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica	100%	100%
Delta 5 II Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica	100%	100%
Delta 6 I Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica	100%	100%
Delta 6 II Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica	100%	100%
Delta 7 Energia S.A.	Maranhão	Holding	100%	100%

Delta 8 Energia S.A.	Maranhão	Holding	100%	100%
Indaiá Grande Energia S.A. ("Indaiá Grande")	Mato Grosso do Sul	Energia hidrelétrica com PCH – UGC Indaiás	100%	100%
Indaiá Grande Energia S.A. ("Indaiá Grande")	Mato Grosso do Sul	Energia hidrelétrica com PCH – UGC Indaiás	100%	100%
Omega Comercializadora de Energia Ltda. ("OMC") ¹	São Paulo	Comercialização de energia	100%	-
Omega Energia e Implantação 2 S.A. ("Delta 3")	São Paulo	Holding	100%	100%
Omega Geração Comercializadora de Energia Ltda. ("OMGC")	São Paulo	Comercialização de energia	100%	100%
Omega Geração 1 S.A.	São Paulo	Holding	100%	100%
Controladas indiretas				
Assuruá 1 Energia S.A. ("Assuruá I") (ii)	Bahia	Holding	100%	100%
Assuruá 1 I Energia S.A. (iii)	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Assuruá 1 II Energia S.A. (iv)	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Assuruá 1 III Energia S.A. (v)	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Assuruá 3 I Energia S.A. (vii)	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá 3	100%	100%
Assuruá 3 II Energia S.A. (viii)	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá 3	100%	100%
Centrais Eólicas Assuruá II SPE S.A. ("Assuruá II")	Bahia	Holding	100%	100%
Delta 1 I Energia S.A. (ix)	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 1	100%	100%
Delta 1 II Energia S.A. (x)	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 1	100%	100%
Delta 1 III Energia S.A. (xi)	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 1	100%	100%
Delta 2 Energia S.A.	São Paulo	Holding	100%	100%
Delta 3 I Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 II Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 III Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 IV Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 V Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 VI Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 VII Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 VIII Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 3	100%	100%
Delta 7 I Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 7	100%	100%
Delta 7 II Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 7	100%	100%
Delta 8 I Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica – UGC Delta 8	100%	100%
Musca Energia S.A.	São Paulo	Holding	100%	100%
Omni Energia S.A.	Belo Horizonte	Comercialização de energia	100%	-
Parque Eólico Assuruá III S.A.	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Parque Eólico Assuruá IV S.A.	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Parque Eólico Capoeiras III S.A.	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Parque Eólico Curral de Pedras I S.A.	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Parque Eólico Curral de Pedras II S.A.	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Parque Eólico Diamante II S.A.	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Parque Eólico Diamante III S.A.	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Parque Eólico Laranjeiras I S.A.	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Parque Eólico Laranjeiras II S.A.	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Parque Eólico Laranjeiras V S.A.	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá	100%	100%
Porto do Delta Energia S.A.	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%
Serra das Agulhas Energia S.A. (xii)	Minas Gerais	Energia hidrelétrica com PCH – UGC Serra das Agulhas	100%	100%
Testa Branca I Energia S.A.	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%
Testa Branca III Energia S.A.	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%
Joint Venture (equivalência patrimonial)	Localização das operações	Atividade	2020	2020
Hidrelétrica Pipoca S.A.	Minas Gerais	Energia hidrelétrica com PCH	51%	51%
Pirapora Solar Holding S.A.	Minas Gerais	Geração de energia solar	50%	50%
Pirapora II Solar Holding S.A.	Minas Gerais	Geração de energia solar	50%	50%
Pirapora III Solar Holding S.A.	Minas Gerais	Geração de energia solar	50%	50%
Ventos da Bahia 1 Geração de Energia S.A.	Bahia	Geração de energia solar	50%	50%
Ventos da Bahia 2 Geração de Energia S.A.	Bahia	Geração de energia solar	50%	50%

¹ Em dezembro de 2021, a Omega passou a deter 100% da OMC (Nota 5.1.1).

As seguintes controladas sofreram alteração da razão social durante o ano de 2021:

- (i) De CEA - Centrais Eólicas Assuruá S.A. para Assuruá Energia S.A.
- (ii) De CEA I - Centrais Eólicas Assuruá I SPE S.A. para Assuruá 1 Energia S.A.
- (iii) De Parque Eólico Assuruá II S.A. para Assuruá 1 I Energia S.A.
- (iv) De Parque Eólico Assuruá V S.A. para Assuruá 1 II Energia S.A.
- (v) De Parque Eólico Assuruá VII S.A. para Assuruá 1 III Energia S.A.
- (vi) De CEA III - Centrais Eólicas Assuruá III SPE S.A. para Assuruá 3 Energia S.A.
- (vii) De Parque Eólico Laranjeiras III S.A. para Assuruá 3 I Energia S.A.
- (viii) De Parque Eólico Laranjeiras IX S.A. para Assuruá 3 II Energia S.A.
- (ix) De Porto Salgado Energia S.A. para Delta 1 I energia S.A.
- (x) De Porto das Barcas Energia S.A. para Delta 1 II Energia S.A.
- (xi) De Porto Parnaíba Energia S.A. para Delta 1 III Energia S.A.
- (xii) De Sigma Energia S.A. para Serra das Agulhas Energia S.A.

2.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor. As políticas contábeis das controladas e joint venture são ajustadas, quando aplicável, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Omega.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

2.6 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.7 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas e as respectivas premissas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
5	Combinação de negócios e transação com acionistas
8	Perdas de crédito esperadas
10.5	Portfólio de Negociação de Contratos de Venda de Energia (<i>Trading</i>)
11	Imobilizado
12	Intangível
13	Teste de <i>impairment</i> de ativos não financeiros
18	IR/CS diferidos ativos
28	Remuneração baseada em ações
29	Processos judiciais

2.8 Novas normas e interpretações contábeis

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões as normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos estão demonstrados a seguir:

- Alterações no CPC 15 (IFRS 3) (R1): Definição de negócios
- Alterações no CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7) (R1) e CPC 48 (IFRS 9): Reforma da Taxa de Juros de Referência.
- Alterações no CPC 26 (IAS 1) (R1) e CPC 23 (IAS 8): Definição de material
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
- Alterações no CPC 06 (IFRS 16) (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2021 acima descritas não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Omega está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. GESTÃO DE RISCOS

A Omega realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da Companhia e a continuidade de seus negócios. A estratégia de gestão de riscos da Companhia, integrada à estrutura de gestão da sua controladora Omega Energia, objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de uma matriz de riscos e impactos, revisada e atualizada periodicamente, que contempla as áreas operacionais, financeira, jurídica, regulatória, gestão de pessoas e *funding*.

São mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- Riscos operacionais: relacionados à eficiência operacional dos ativos, disponibilidade dos sistemas, desvios de geração de energia, pessoas e processos internos;
- Riscos hidrológicos e climáticos: relacionados ao mecanismo de realocação de energia – MRE e estimativas de afluências, incidência solar e ventos nas sub-regiões climáticas onde estão localizados os ativos;
- Riscos de mercado: relacionados a preços, inflação e taxas de juros;
- Risco de crédito: relacionado aos créditos com clientes e investimentos financeiros;
- Risco de liquidez: relacionado ao não cumprimento de obrigações financeiras.

3.1 Riscos operacionais

A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para as atividades de operação e manutenção (“O&M”) de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente o próprio fornecedor dos equipamentos, e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Omega poderá sofrer um efeito adverso relevante. A gestão desse risco é feita no sentido de garantir a disponibilidade e a eficiência operacional das usinas, sendo mantidos planos de manutenção e monitoramento semanal, além de planos de manutenção preventiva e inspeção rotineira dos ativos semestralmente, bem como o acompanhamento tempestivo da geração de energia nos parques, de forma a realizar intervenções necessárias, inclusive em relação aos prestadores de serviços, para corrigir desvios.

A Companhia depende dos serviços de profissionais técnicos na execução de suas atividades e caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode gerar custos adicionais. A área de gestão de pessoas da Omega possui um processo estruturado para contratar e/ou repor pessoas chave para posições técnicas e de liderança da organização, além de manter objetivos e programas para seu desenvolvimento contínuo e retenção.

Adicionalmente, os processos e sistemas da Omega contam com um ERP que garante a integração das informações das áreas de negócios com os sistemas contábeis e gerenciais da Omega e são atualizados periodicamente para capturar alterações processuais relevantes e avanços no ambiente tecnológico. A Companhia possui diversas linhas de seguros contratadas, todas em acordo com as melhores práticas de mercado e com o objetivo de transferência e/ou mitigação dos riscos aos quais está exposta.

3.2 Risco hidrológico e climático

A energia gerada pelas PCHs é influenciada pelo regime hidrológico dos rios das regiões onde estão implantadas. Em função dos requisitos regulatórios no Brasil, a receita proveniente da venda de energia das PCHs pode não ser auferida pela energia efetivamente gerada, e sim pela garantia física de cada usina, determinada pelo poder concedente, em um mecanismo opcional denominado MRE, que faz o compartilhamento da energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de suas garantias físicas individuais para aqueles que geraram abaixo delas. A opção é realizada anualmente.

As eventuais diferenças entre a geração e a garantia física do MRE são ajustadas proporcionalmente entre os participantes e a quantidade deste ajuste é valorada ao PLD, mediante a aplicação de um fator de ajuste conhecido como *Generation Scaling Factor* (GSF). Dessa forma, existe um risco sistêmico relativo ao bom funcionamento do MRE.

A PCH Serra das Agulhas e PCH Pipoca (*joint venture* não consolidada) participam desse mecanismo e representam uma exposição de aproximadamente 2,2% do portfólio da Companhia com exposição a esse risco, considerando a capacidade instalada das usinas. A Omega entende que esse é um risco sistêmico, contudo com baixo potencial de impacto para o Grupo.

Nos ativos eólicos detidos pela Omega, os contratos de venda de energia no mercado regulado têm estrutura que mitiga o impacto financeiro de intermitências do recurso eólico. Os contratos são realizados pela modalidade disponibilidade, com pagamentos mensais, sem obrigação mensal de entrega de energia. Além disso, para os contratos de bandas quadrienais, as obrigações anuais são definidas a partir de bandas inferiores e superiores de geração, de forma que não haja impacto econômico para os ativos se a geração de energia estiver dentro dessas bandas, (limite inferior de -10% e superiores de 30% para o 1º ano, 20% para o 2º ano e 10% para o 3º ano e 0% para o 4º ano, os quais funcionam como estabilizadores do fluxo financeiro). As variações de geração são necessariamente equalizadas apenas a cada 4 anos, quando qualquer variação negativa ou positiva é liquidada. Dentre os parques eólicos da Omega contratados no

ACR, somente a UGC Delta 5 e Delta 6 não estão sujeitos a esse mecanismo, pois as variações de geração são ajustadas anualmente.

Os ativos solares presentes no portfólio da Omega através de sua participação no Complexo Pirapora (*Joint Venture*), contemplam contratos de venda de energia no mercado regulado com estrutura que mitiga o impacto financeiro de intermitências do recurso solares. Na qual os contratos são realizados pela modalidade de energia de reserva, com pagamentos mensais, sem obrigação mensal de entrega de energia. No entanto, os contratos possuem obrigações anuais que são definidas a partir de bandas inferiores e superiores de geração, equalizando a entrega anualmente do contrato. O superávit ou déficit de geração impactam o fluxo de caixa do ano subsequente em formato de receita variável aplicada em cima da receita fixa, sendo valorada da seguinte forma aos desvios energéticos:

- variação energética inferior a -10%, valorada ao preço do contrato mais 15% de multa;
- variação energética inferior a 0% e maior que -10%, valorada ao preço do contrato mais 6% de multa;
- variação energética positiva entre 0% e 15%, valorada a preço de contrato;
- variação energética positiva acima de 15%, valorada a 30% do preço do contrato.

3.3 Risco de mercado

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Omega deriva, principalmente, de empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas, sujeitas ainda a TJLP, CDI e a índices de inflação. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia de longo prazo em vigor possuem cláusula de reajuste inflacionário anual, o que representa um hedge natural para as dívidas e obrigações indexadas aos índices de inflação. Uma análise de sensibilidade sobre os impactos decorrentes desse risco está apresentada na Nota 29.2.

A Omega comercializa energia no ACR e no ACL. No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao PLD decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela CCEE, conforme regras de cada contrato e suas bandas, como descrito no item risco hidrológico e climático acima. Parcela substancial da energia comercializada está vinculada aos contratos regulados, o que reduz a exposição da Omega à variação de preços. Eventualmente, com objetivo de ajustar sua posição estrategicamente ao momento de mercado, a Omega pode adotar o expediente da desconstrução de energia, que consiste em desvincular a energia gerada do ACR para negociá-la no ACL, de acordo com as regras da ANEEL.

No ACL, a Companhia procura vender a energia disponível em contratos de curto, médio e longo prazo, objetivando a obtenção de preços atrativos e à redução do risco de exposição aos preços de curto prazo (spot ou PLD). Em geral, na parcela dos ativos vinculada ao ACL, a diferença entre a geração e a venda é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE. Fatores relacionados à liquidez do mercado de energia podem afetar os preços de mercado.

3.4 Risco de crédito

Os riscos de crédito decorrem das operações comerciais da Companhia, incluindo os compromissos futuros de venda já contratados ou de investimentos financeiros.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras no ACL, a Omega, por meio de sua área de

crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Riscos, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes. Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação da carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

No ACR, as contrapartes decorrem dos contratos adquiridos nos leilões promovidos pela ANEEL, por meio da CCEE, cujo padrão contratual estabelecido na Convenção de Comercialização de Energia Elétrica na Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, requer a constituição de garantias financeiras como condição necessária à adesão e à operação do agente de mercado no âmbito da CCEE. Esse mecanismo minimiza o risco de crédito da contraparte nesses contratos nas operações liquidadas no curto prazo.

Em relação aos investimentos financeiros, limites de crédito são avaliados e praticados para cada contraparte com a qual temos exposição de crédito. Além disso, a Omega busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito na data base da demonstração financeira, sendo resumida no quadro a seguir:

	Nota	Consolidado	
		2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	7	934.807	881.364
Clientes	8	365.786	307.395
Caixa restrito	7	226.299	461.771
Total		1.526.892	1.650.530

3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Omega não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos com o BNB, BNDES, debêntures emitidas, contas a pagar ACR e arrendamentos operacionais, sendo seus vencimentos contratuais demonstrados nas Notas 14 e 19.

A Omega monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. Eventualmente, podem ser utilizados instrumentos de adiantamento de capital ou as contas reservas vinculadas aos empreendimentos para coberturas pontuais de caixa.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, determinadas subsidiárias da Omega têm contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas têm sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na Nota 14.5.

3.6 Riscos de Tecnologia e Informação

O risco está associado a falhas, indisponibilidade ou obsolescência de equipamentos e sistemas informatizados de controle, comunicação, logística e gerenciamento operacional localizados nas dependências dos parques e escritórios da Omega e de seus principais fornecedores de turbinas, que acabem por prejudicar ou impossibilitar a continuidade das atividades regulares da organização, incluindo a geração de energia das fontes eólica, solar e hídrica, ou ainda, ao longo de toda sua cadeia de valor (clientes, fornecedores, parceiros e unidades regionais). Pode estar também associado a erros ou fraudes, internas ou externas, nos sistemas informatizados ao capturar, registrar, monitorar e reportar corretamente transações ou posições. Além disso,

engloba também as tentativas de comprometer a disponibilidade de nossos ativos, confidencialidade, integridade, disponibilidade de dados ou de sistemas computacionais através de ataques cibernéticos.

3.7 Gestão de capital

A Companhia administra o seu capital com o objetivo de maximizar o retorno dos investidores, buscando uma otimização da estrutura de capital considerando as condições econômicas, ambiente competitivo e requerimentos de *covenants* financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Nota	Consolidado 2021
Empréstimos, financiamentos e debentures (*)	14	5.721.800
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	7	(226.299)
(-) Caixa, equivalentes de caixa e caixa restrito	7	(934.807)
Dívida líquida consolidada		4.560.694
Patrimônio líquido		4.188.715
Dívida líquida / Patrimônio líquido		1,09

(*) Exclui o saldo de custo de captação.

A Companhia e suas controladas detêm dívidas que estipulam limites máximos de endividamento, alguns calculados com base no EBITDA, sendo a mais restritiva atualmente a que limita em 5,0x (até setembro de 2022 e 4,5x a partir de dezembro de 2022) a razão entre o endividamento líquido e o EBITDA da Omega Geração. Nas SPEs já em fase de operação comercial, um *covenant* usual é o Índice de Cobertura do Serviço ad Dívida (ICSD), e o financiamento mais restritivo estipula ICSD mínimo de 1,3x. O detalhamento dos *covenants* em 31 de dezembro de 2021 está divulgado na Nota 14.5.

3.8 Seguros

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil e patrimonial que cobre, entre outros riscos, fogo ou danos às propriedades da Omega e de suas subsidiárias, como por exemplo danos elétricos/materiais, quebra de máquinas, roubos/furtos de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de raios, explosão, implosão e queda de aeronaves, além de danos causados a terceiros. Além disso, a Omega possui, também, cobertura de lucros cessantes que indeniza a perda de lucro líquido e despesas fixas em decorrência de danos materiais que incorram em interrupção dos seus negócios pelo período de até 12 meses. A Omega acredita que há baixo risco de impacto financeiro decorrente de eventual interrupção em um dos seus negócios dada a diversificação de seu portfólio. O valor total de cobertura de seguros é de aproximadamente R\$9,6 bilhões. A Omega acredita que mantém seguros adequados ao mercado de atuação da Companhia.

4. EVENTOS ESPECIAIS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO

Os eventos especiais ocorridos durante o exercício são aqueles que, no julgamento da Companhia, impactaram significativamente a posição financeira e patrimonial, seja pela sua natureza ou pelo seu valor significativo.

Os eventos especiais identificados são descritos a seguir.

4.1 Oferta Pública de distribuição secundária de ações

Em 22 de janeiro de 2021, a Companhia divulgou por meio de Fato Relevante, a realização de oferta pública de distribuição secundária com esforços restritos de 24.479.998 ações ordinárias, de emissão da Companhia e de titularidade do Bolt Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento em participações gerido pela Tarpon Gestora de Recursos S.A.

Em 28 de janeiro de 2021, a Companhia divulgou por meio de Fato Relevante, a precificação dessa oferta pública, fixando o preço por Ação de R\$39,00, totalizando o valor de R\$954.720. A liquidação da Oferta pelos investidores se deu no dia 02 de fevereiro de 2021.

4.2 Aumento do capital social decorrente do exercício de opções outorgadas

Em 05 de fevereiro, 14 de maio, 23 de junho, 31 de agosto e 27 setembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$1.700, R\$2.698, R\$1.546, R\$4.783 e R\$2.013, respectivamente, decorrente do exercício de parte das opções outorgadas no âmbito do Primeiro e Segundo programa do Segundo Plano e Primeiro, Segundo e Terceiro programa do Terceiro Plano de opção de ações da Companhia, conforme detalhado na Nota 21.

4.3 Recompra de ações

Em 23 de fevereiro de 2021, a Companhia divulgou por meio de RCA, a aquisição privada, de 41.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, em decorrência do exercício do direito de aquisição da totalidade das ações de titularidade de participante do Terceiro Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia estando registradas como saldo de ações em tesouraria no montante de R\$ 1.664.

4.4 Oferta de debêntures simples

Em 15 de março de 2021, a Companhia concluiu oferta de debêntures simples no valor R\$1.050.000. Os detalhes da emissão das debêntures pela Companhia estão descritos na Nota 14.2.1.

4.5 Antecipação dívida aquisição Assuruá 1 e II

Em maio, junho e julho de 2021, a Companhia pagou a parcela E referente ao contas a pagar na aquisição de Assuruá 1 e II no montante de R\$ 19.936, e antecipou outros montantes dessa mesma parcela, nos valores de R\$80.000 e R\$50.000 ao FIP IER, contabilizados na rubrica outras obrigações, conforme Nota 17.

4.6 Ajuste de preço Ventos da Bahia 1 e 2

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e os vendedores de Ventos da Bahia 1 e 2 concluíram a mensuração e formalização do ajuste do preço da transação de aquisição de participação de 50% pela Companhia ocorrida em 30 de novembro de 2020. A etapa de ajuste de preço estava prevista no acordo de compra assinado pelas partes após a conclusão de levantamento do balanço na data base do fechamento pelos vendedores, validados pela Companhia de acordo com os prazos contratuais.

Os ajustes decorrentes do preço foram considerados como ajuste da contraprestação transferida, resultando em uma redução do preço pago no valor de R\$14.859, sob os quais incidiram IRCS diferidos no montante de R\$5.051. A Companhia revisou a apuração do valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos e não identificou nenhum ativo ou passivo adicional aos valores justos alocados inicialmente na data da aquisição. Conseqüentemente, o ajuste de preço resultou na apuração de ganho por compra vantajosa na transação. De acordo com o CPC 15, os ajustes ocorridos durante o período de 12 meses da conclusão da transação devem ser

reconhecidos como se a contabilização da transação tivesse sido completada na data da aquisição, portanto, a Companhia revisou e ajustou a informação comparativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, quando da emissão das informações trimestrais de 30 de junho de 2021. O valor de R\$14.859 foi recebido em 09 de abril de 2021 da EDF Renewables.

Os efeitos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, para fins comparativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, estão apresentados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2020		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	465.378	-	465.378	881.364	-	881.364
Clientes	-	-	-	276.307	-	276.307
Dividendos a receber	34.146	-	34.146	6.839	-	6.839
Outros créditos	86.265	14.859	101.124	151.640	14.859	166.499
Circulante	585.789	14.859	600.648	1.316.150	14.859	1.331.009
Não circulante	4.439.430	-	4.439.430	9.262.195	-	9.262.195
Total do ativo	5.025.219	14.859	5.040.078	10.578.345	14.859	10.593.204
Circulante	63.954	-	63.954	608.331	-	608.331
IRPJ e CSLL diferidos passivos	32.499	5.051	37.550	56.971	5.051	62.022
Não circulante	1.228.102	5.051	1.233.153	6.124.982	5.051	6.130.033
Total do passivo	1.292.056	5.051	1.297.107	6.733.313	5.051	6.738.364
Capital social	3.833.245	-	3.833.245	3.833.245	-	3.833.245
Custo com captação de recursos	(72.944)	-	(72.944)	(72.944)	-	(72.944)
Reservas de capital	132.077	-	132.077	132.077	-	132.077
Reservas de lucro	231.810	9.808	241.618	231.810	9.808	241.618
Ajuste de avaliação patrimonial	(391.025)	-	(391.025)	(391.025)	-	(391.025)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	3.733.163	9.808	3.742.971	3.733.163	9.808	3.742.971
Participação dos não controladores	-	-	-	111.869	-	111.869
Total do patrimônio líquido	3.733.163	9.808	3.742.971	3.845.032	9.808	3.854.840
Total do passivo e patrimônio líquido	5.025.219	14.859	5.040.078	10.578.345	14.859	10.593.204

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2020		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Receita operacional líquida	-	-	-	1.102.141	-	1.102.141
Custos da operação, conservação e compras	-	-	-	(695.184)	-	(695.184)
Lucro bruto	-	-	-	406.957	-	406.957
Receitas (despesas) operacionais						
Administrativas, pessoal e gerais	(24.218)	-	(24.218)	(60.718)	-	(60.718)
Outras receitas (despesas) operacionais	154.249	14.859	169.108	168.146	14.859	183.005
Resultado de equivalência patrimonial	28.495	-	28.495	9.493	-	9.493
	158.526	14.859	173.385	116.921	14.859	131.780
Resultado operacional	158.526	14.859	173.385	523.878	14.859	538.737
Receitas financeiras	14.443	-	14.443	23.698	-	23.698
Despesas financeiras	(91.117)	-	(91.117)	(441.416)	-	(441.416)
	(76.674)	-	(76.674)	(417.718)	-	(417.718)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	81.852	14.859	96.711	106.160	14.859	121.019
Imposto de renda e contribuição social	(32.499)	(5.051)	(37.550)	(51.440)	(5.051)	(56.491)
Lucro líquido do exercício	49.353	9.808	59.161	54.720	9.808	64.528

	Anteriormente apresentado	Controladora		Anteriormente apresentado	Consolidado	
		Ajuste	Reapresentado		Ajuste	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	81.852	14.859	96.711	106.160	14.859	121.019
Ajustes:						
Depreciação e amortização	2.434	-	2.434	263.555	-	263.555
Resultado de equivalência patrimonial	(28.495)	-	(28.495)	(9.493)	-	(9.493)
Reversão de <i>impairment</i>	-	-	-	21.481	-	21.481
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	60.991	-	60.991	348.455	-	348.455
Receita financeira de aplicações financeiras	-	-	-	(23.475)	-	(23.475)
Programa de remuneração baseado em ações	2.348	-	2.348	2.348	-	2.348
Ganho por compra vantajosa – aquisição Assuruá 3, Complexo Chuí e Ventos da Bahia 1 e 2	(155.126)	(14.859)	(169.985)	(155.126)	(14.859)	(169.985)
Outros	4.983	-	4.983	9.401	-	9.401
	(31.013)	-	(31.013)	563.306	-	563.306
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	(88.149)	-	(88.149)	501.035	-	501.035
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(34.883)	-	(34.883)	207.450	-	207.450
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(1.369.231)	-	(1.369.231)	(1.188.172)	-	(1.188.172)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos	1.115.948	-	1.115.948	877.616	-	877.616
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(288.166)	-	(288.166)	(103.106)	-	(103.106)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	753.544	-	753.544	984.470	-	984.470
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	465.378	-	465.378	881.364	-	881.364

4.7 Aquisição de 50% em Ventos da Bahia 3

Em 28 de julho de 2021, a Companhia divulgou por meio de Fato Relevante, acordo vinculante com a EDF Renewables para aquisição de participação de 50% em Ventos da Bahia 3, localizados na Bahia, adjacentes aos Complexos Eólicos Ventos da Bahia 1 e 2. O valor total da aquisição (*Enterprise Value*) para participação de 50% foi avaliado em R\$422,9 milhões, dos quais R\$196,6 milhões serão pagos em caixa e R\$226,3 milhões serão assumidos em endividamento líquido¹. Ventos da Bahia 3 tem capacidade instalada projetada de 181,5 MW, e a expectativa de entrada em operação comercial é janeiro de 2022. A entrada em operação comercial é o principal condicionante para a conclusão da aquisição e desembolso dos pagamentos.

4.8 Liquidação dívida de Gargaú, Hermenegildo e Santa Vitória do Palmar

No período findo em 30 de setembro de 2021, as subsidiárias da Companhia, Gargaú, Hermenegildo e Santa Vitória do Palmar liquidaram antecipadamente dívidas com BNDES e BRDE, conforme detalhado na Nota 14.2.2.

4.9 Reestruturação do Grupo Omega

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de setembro de 2021 foi analisada e aprovada a estratégia de reorganização, consolidação e expansão das operações do Grupo Omega formado pela Omega Energia S.A., Omega Geração S.A. e Omega Desenvolvimento S.A. através da consolidação de suas respectivas operações sob uma mesma holding mediante a celebração de acordo de investimentos estabelecendo os termos e condições da Reorganização (“Reorganização”). Na mesma data, os acionistas controladores da Omega Geração concordaram em contribuir ao capital social da Companhia a totalidade das suas ações de emissão da Omega Geração, sujeito ao cumprimento das Condições Suspensivas (“Contribuição OG”).

¹ Os valores mencionados poderão sofrer ajustes em função de diferenças de endividamento líquido e capital de giro dos ativos entre a projeção para a data do fechamento e o balanço efetivo da data de fechamento.

Em 28 de outubro de 2021, a maioria dos acionistas minoritários da Omega Geração aprovou, também sob as Condições Suspensivas (dentre outras), a incorporação da totalidade das ações de emissão da Omega Geração pela Companhia.

O registro da Omega Energia na CVM foi concedido em 1 de dezembro de 2021 e a listagem das suas ações na B3 foi aprovada em 10 de dezembro de 2021, a Omega Energia está registrada como companhia aberta categoria “A” e listada no Novo Mercado, segmento especial do mercado de ações da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Novo Mercado”), sob o código MEGA3.

Em 19 de dezembro de 2021, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi homologada a Contribuição OG com um aumento de capital no montante de R\$3.633.678, com emissão de 452.467.588 ações ordinárias, passando assim a Omega Energia ser detentora da totalidade das ações da Companhia.

4.10 Substituição das opções de ações

Em 19 de dezembro de 2021, foram outorgadas as opções para Primeiro Programa do Primeiro Plano da Omega Energia em substituição das opções outorgadas da Omega Geração. Desta forma, não há mais planos de opções de ações na Omega Geração.

4.11 Incorporação de empresas

No período findo em 31 de dezembro de 2021, a Omega Geração concluiu a incorporação das empresas que integram o Complexo Eólico Hermenegildo, Santa Vitória do Palmar, Asteri e Gargaú, com extinção das empresas incorporadas. As condições precedentes de transferência da titularidade à Omega Geração dos projetos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e quitação dos contratos de financiamento das empresas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, conforme aplicável, foram integralmente cumpridas.

4.12 Efeito do Novo Coronavírus

A Companhia vem acompanhando o avanço da pandemia do novo Coronavírus (“Covid-19”) e não foi observado até a data da apresentação destas informações contábeis intermediárias nenhum impacto relevante em suas atividades, embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos dessa pandemia. Também foram adotadas medidas de segurança para as unidades administrativas com o objetivo de manter a continuidade das atividades conforme determina o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. A Companhia seguirá observando atentamente o desenvolvimento desse assunto, bem como seus eventuais impactos financeiros.

5. AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES

Política contábil

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia, que consiste em 4 etapas:

- Determinar a data de aquisição;
- Determinar o adquirente e a adquirida;
- Determina a contraprestação transferida pela aquisição do controle (Preço); e
- Mensurar o ágio ou ganho por compra vantajosa.

A data da aquisição é a data em que normalmente a Companhia assume o controle dos ativos.

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na

adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

A contraprestação transferida para a aquisição de um negócio é o valor justo dos ativos transferidos, incluindo caixa, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia na data da aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Custos diretamente relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou ganho por compra vantajosa é mensurado pela diferença entre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em relação à contraprestação transferida e é reconhecido na data da aquisição. Quando a contraprestação transferida é maior que o valor justo dos ativos, um *goodwill* é reconhecido no ativo e testado para fins de *impairment* de acordo com a política contábil descrita na Nota 13. Quando é menor, um ganho por compra vantajosa é reconhecido no resultado do exercício.

Os ativos intangíveis reconhecidos no âmbito da combinação de negócios são contabilizados de acordo com a política contábil descrita na Nota 12.

Quando uma transação envolver a assunção de controle de negócios pela Companhia, mas sem haver alteração nas partes controladoras finais desse negócio, a Companhia registra a transação pelos seus valores contábeis, sem qualquer ganho ou ágio.

As aquisições de participação em negócios de controle compartilhado também são contabilizadas pelo método de aquisição, contudo considerando a proporção da participação adquirida nos ativos e passivos do negócio controlado em conjunto.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A contabilização da combinação de negócios requer que a Companhia exerça julgamento crítico em relação à determinação do valor justo dos ativos e passivos dos negócios que estão sendo adquiridos. Nesse sentido, a Companhia assume premissas sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros de energia, taxas de juros, inflação, condições climáticas, custos operacionais e vidas úteis dos ativos. Alterações em algumas dessas premissas poderão impactar os negócios e os resultados esperados podem divergir materialmente dos valores estimados na data da aquisição do controle.

5.1 Transações ocorridas em 2021

5.1.1 Aquisição da totalidade de 100% das ações de Omega Comercializadora S.A.

Em 27 de dezembro de 2021, foi aprovada a cisão parcial da Omega Desenvolvimento, correspondente a sua participação de 49% na subsidiária Omega Comercializadora com posterior incorporação da parcela cindida pela Omega Geração. A operação resultou em um aumento de capital social na Omega, no valor de R\$5.994, com a emissão de 344.066 novas

ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e redução de capital social na Omega Desenvolvimento no mesmo valor de R\$5.994, sem impacto na quantidade de ações ordinárias. A Omega Comercializadora passou a ser uma subsidiária integral da Omega.

A transação foi realizada entre empresas no contexto do grupo de controle da Companhia. Nesse sentido, a Companhia concluiu não ser aplicável a contabilização pelo método de aquisição preconizado pelo CPC15, uma vez que a transação está fora do escopo do referido pronunciamento. Assim, os ativos adquiridos e passivos assumidos foram registrados pelos valores contábeis, de acordo com os preceitos do CPC 36.

5.2 Transações ocorridas em 2020

5.2.1 Aquisição de Delta 7 e Delta 8

O Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de dezembro de 2018, aprovou, após recomendação do Comitê de Operações com Ativos de partes relacionadas, a celebração pela Companhia de *Term Sheet* entre a Companhia e a Omega Gestora de Recursos Ltda em conjunto com a Tarpon Gestora de Recursos S.A. ("Gestoras") por meio do qual a Companhia e as Gestoras outorgaram-se, respectivamente, opções de (i) aquisição ou reorganização societária e (ii) alienação ou reorganização societária para transferência dos ativos de geração de energia eólica denominados Delta 7 e Delta 8, com capacidade instalada de 97,2 MW, que entraram em operação comercial no final de 2019, ambos localizados no Maranhão, adjacentes ao Complexo Eólicos Delta 3, Delta 5 e Delta 6.

Em 08 de janeiro de 2020, a Companhia divulgou por meio de Fato Relevante, a conclusão da operação, resultando na aquisição da totalidade das ações de emissão de Delta 7 Energia S.A. ("Delta 7") e da totalidade das ações de emissão de Delta 8 Energia S.A. ("Delta 8"), após cumprimento das condições precedentes estabelecidas na operação. O preço pago foi de R\$ 282.836, correspondente ao valor justo dos parques na data da aquisição, havendo sido posteriormente reconhecido no montante de R\$3.642 em função de variação de capital de giro dos ativos. Adicionalmente, até R\$ 14.323 poderão ser pagos após 3 anos condicionados ao desempenho de Delta 7 e até R\$ 4.764 condicionados ao desempenho de Delta 8.

A transação de aquisição de Delta 7 e Delta 8 foi realizada com fundos de investimentos geridos no contexto do grupo de controle da Companhia. Nesse sentido, a Companhia concluiu não ser aplicável a contabilização pelo método de aquisição preconizado pelo CPC15, uma vez que a transação está fora do escopo do referido pronunciamento. Assim, os ativos adquiridos e passivos assumidos foram registrados pelos valores contábeis, de acordo com os preceitos do CPC 36.

As principais condições precedentes estabelecidas no contrato para aquisição foram concluídas em 08 de janeiro de 2020, passando assim a Companhia a deter o controle das operações de Delta 7 e Delta 8, consolidando suas demonstrações financeiras a partir desse mês.

De acordo com o CPC 36, a diferença entre o montante pago e o valor do patrimônio líquido dos ativos na data da aquisição foi contabilizado na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da Omega, como resultado na transação entre acionistas, e é calculado conforme tabela a seguir:

	R\$ mil
Preço pago na aquisição	282.836
Ajuste de preço (i)	3.642
Total pago na aquisição	286.478
(-) Patrimônio líquido de Delta 7 na aquisição	(88.745)
(-) Patrimônio líquido de Delta 8 na aquisição	(50.050)
(=) Resultado na transação com acionistas	147.683

(i) O Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças previa ajuste de preço de fechamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi reconhecido o montante de R\$3.642 em função da variação de capital de giro dos ativos.

O valor contábil dos ativos e passivos na consolidação inicial estão apresentados a seguir:

Saldos consolidados em 1º de janeiro de 2020	Delta 7	Delta 8
Caixa e equivalentes de caixa	89.224	50.505
Clientes	13.840	9.671
Outros ativos	2.038	1.063
Aplicações financeiras - Caixa restrito	4.878	2.570
Imobilizado	265.714	143.246
Intangível	3.788	2.106
Ativos	379.482	209.161
Fornecedores	3.356	929
Empréstimos e financiamentos	273.364	146.701
Passivos de arrendamento	3.735	2.071
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.880	970
Outras obrigações	8.402	8.440
Passivos	290.737	159.111
Total dos ativos líquidos	88.745	50.050

5.2.2 Aquisição Assuruá 3

A Companhia celebrou com o Fundo de Investimentos em Participações em Infraestrutura Energias Renováveis (“FIP IEER”), em 27 de dezembro de 2019, um acordo vinculante para transferência da totalidade das ações de emissão da Assuruá III – Centrais Eólicas Assuruá III SPE S.A., detentoras dos projetos de geração eólica Laranjeiras III e Laranjeiras IX, localizados no interior da Bahia. Essa aquisição faz parte do acordo de primeira oferta que a Companhia possui sobre o portfólio do FIP IEER.

A conclusão da operação ocorreu em 30 de março de 2020, após a verificação pelo Conselho de Administração da Companhia sobre a conclusão das condições precedentes, seguida (i) do pagamento em caixa no valor de R\$19.771, restando uma parcela de R\$448, que foi paga em 06 de abril de 2020, no âmbito da aquisição de 10% das ações de Assuruá III; e (ii) da entrega de 5.000.000 de ações de emissão da Companhia, no âmbito da incorporação de 90% das ações de Assuruá 3.

A transação foi contabilizada pelo método de aquisição preconizado pelo CPC15, visto que as partes que controlavam o ativo antes da transação não faziam parte do bloco de controle da Omega, portanto, configurando a transação como uma combinação de negócios.

A Companhia concluiu a alocação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos nesta transação, conforme previstos no CPC 15 - Combinação de negócios.

Os custos relacionados à transação totalizaram R\$455, e foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

(a) Contraprestação transferida pela aquisição do controle

O preço da transação foi composto pelas parcelas pagas e a pagar em dinheiro bem como a emissão de ações ordinárias, conforme tabela a seguir:

Item	R\$	Referência
Parcela paga em caixa em 30 de março de 2020	19.771	
Parcela paga em caixa em 06 de abril de 2020	448	
Emissão de 5.000.000 ações ordinárias	201.016	(i)
Ajuste a valor justo nas ações emitidas	(57.666)	(ii)
Total da contraprestação transferida pela aquisição do controle	163.569	

(i) Emissão de ações

A emissão de 5.000.000 ações ordinárias foi aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2020, dentro do capital social autorizado da Companhia. O Capital Social foi aumentado em R\$201.016, representando um preço de emissão de R\$40,20318/ação,

correspondente ao valor justo de 90% das ações de Assuruá 3. O valor justo das ações foi avaliado por avaliador independente, nos moldes da Lei 6.404/76.

(ii) Ajuste a valor justo nas ações emitidas

De acordo com o item 37 do CPC15(R1), as ações emitidas foram reavaliadas contabilmente ao seu valor justo na data da aquisição por serem instrumentos patrimoniais emitidos como contraprestação transferida pelo controle de Assuruá 3. Ao fazer essa avaliação, a Companhia levou em consideração que as ações são ativos com preço cotado em mercado ativo, dentro no Nível 1 de valor justo estabelecido pelo CPC 48 e considerou o preço negociado na B3 na data de aquisição, no valor de R\$28,67/ação.

Com isso, foi registrado um ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido no montante dessa diferença de preço, no valor de R\$57.666, em contrapartida do valor da contraprestação transferida.

(b) Ativos adquiridos e passivos assumidos da Assuruá 3

No quadro a seguir, apresentamos um resumo dos ativos adquiridos e passivos assumidos pelos seus valores contábeis, ajustados preliminarmente aos valores justos de Assuruá na data da aquisição, 30 de março de 2020:

Consolidado em 30 de março de 2020	Valores contábeis	Ajuste de valor justo (i)	Valores ajustados
Caixa e equivalentes de caixa	6.947	-	6.947
Contas a receber de clientes	1.593	-	1.593
Demais ativos circulantes	85	-	85
Imobilizado	252.573	-	252.573
Intangível	-	149.473	149.473
Total dos ativos adquiridos	261.198	149.473	410.671
Empréstimos e financiamentos	182.872	-	182.872
Passivos operacionais circulantes	4.100	-	4.100
Outras obrigações não circulantes	601	-	601
Total dos passivos assumidos	187.573	0	187.573
Acervo líquido adquirido	73.625	149.473	223.098

(i) Ajuste ao valor justo

A Companhia preparou a avaliação dos ativos e passivos ao valor justo, considerando os seguintes aspectos:

- **Caixa, equivalentes de caixa, recebíveis, dívidas e demais ativos e passivos operacionais:** as operações de Assuruá 3 registradas nessas rubricas estão representadas por contratos realizados em condições normais de mercado, portanto os valores contábeis se aproximavam de seus valores justos. Em relação aos recebíveis, não há expectativa de perda;
- **Imobilizado:** os parques eólicos de Assuruá 3 são novos, portanto, representam seu valor justo ao se considerar a metodologia do custo de reposição;
- **Intangíveis:** a avaliação preliminar resultou na atribuição de valor aos contratos de comercialização de energia eólica vigentes na data da aquisição, bem como aos direitos decorrentes da autorização governamental de exploração de energia eólica, conforme tabela a seguir:

Item	R\$	Vida útil	Método de avaliação	Premissas de avaliação
Contratos de comercialização de energia	79.740	19 anos	Income approach: análise dos resultados projetados da empresa, antes dos impostos, considerando os volumes e preços contratados, bem como os custos de operação e manutenção, bem como demais despesas operacionais projetadas. Foram considerados os encargos sobre os ativos contributórios diretamente vinculados aos ativos em questão (CAC)	Período projetivo: de até 50 anos Taxa CAPM nominal 12,2%a.a. (termos reais) Capacidade instalada: 50MW Margem EBIT: 62%
Autorização governamental	69.733	51 anos		
Total dos ativos intangíveis	149.473			

(c) Reconhecimento contábil do ganho por compra vantajosa

De acordo com o item 32 do CPC 15, um ganho por compra vantajosa no valor de R\$ 59.529 foi reconhecido na data da aquisição, sendo mensurado pelo montante em que o valor justo dos ativos foi superior à contraprestação transferida pela aquisição do controle, conforme quadro a seguir:

	R\$ mil
Contraprestação transferida (item (a))	(163.569)
Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos (item (b))	223.098
(=) Ganho por compra vantajosa	59.529

O ganho por compra vantajosa resultou, em sua maior parte, do descasamento entre o valor justo da contraprestação em ações da Companhia na data de transferência de controle dos ativos conforme item a(i) acima e o valor das ações no fechamento do mercado na mesma data conforme item a(ii).

Como consequência, o ganho por compra vantajosa registrado na transação é neutralizado pela legislação fiscal e, por transitar no resultado do período de maneira definitiva nesta situação, é considerado como uma exclusão permanente na apuração do IRPJ e da CSLL. Portanto, em relação ao montante de R\$57.412, correspondente ao ajuste ao valor justo das ações emitidas e que compõe o ganho por compra vantajosa, não foi registrado um passivo fiscal diferido. A parcela remanescente do ganho compõe base fiscal e será tributada de maneira definitiva no futuro apenas se o ganho for realizado por venda ou reorganização societária envolvendo essa participação.

Nos termos do CPC 32, um passivo fiscal foi reconhecido no valor de R\$719, porém compensado pelo reconhecimento de um ativo fiscal diferido de mesmo valor sobre prejuízos fiscais existentes na data das demonstrações financeiras e, por serem compensáveis, não apresentam valores nas demonstrações financeiras.

5.2.3 Aquisição Nova Indaiá 1 e Nova Indaiá 2

A Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda com a Omega Desenvolvimento de Energia S.A. e Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão, detentoras de 100% ações da Nova Indaiá 1 e Nova Indaiá 2.

O preço pago pela aquisição foi pelo valor de livro, cujo acervo líquido é de R\$100 (cem reais) para cada empresa, totalizando R\$200 (duzentos reais), mediante depósito bancário.

	Nova Indaiá 1	% Nova Indaiá 1	Nova Indaiá 2	% Nova Indaiá 2
Omega Desenvolvimento de Energia S.A.	99	99	99	99
Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	1	1	1	1
	100	100	100	100

Esta transação de aquisição foi realizada com fundos de investimentos geridos no contexto do grupo de controle da Companhia. Nesse sentido, a Companhia concluiu não ser aplicável a contabilização pelo método de aquisição preconizado pelo CPC15, uma vez que a transação está fora do escopo do referido pronunciamento. Assim, os ativos adquiridos e passivos assumidos foram registrados pelos valores contábeis, de acordo com os preceitos do CPC 36.

De acordo com o CPC 36, a diferença entre o montante pago e o valor do patrimônio líquido dos ativos na data da aquisição deve ser contabilizado no patrimônio líquido da Omega. Não houve como resultado desta transação entre acionistas valores registrados no patrimônio líquido uma vez que o valor pago foi equivalente ao valor do acervo líquido das adquiridas.

Em 31 de agosto de 2020, as empresas Indaiá Grande e Indaiázinho incorporaram a Nova Indaiá 1 e Nova Indaiá 2, respectivamente. O valor dos ativos e passivos incorporados estão apresentados a seguir:

	Nova Indaiá 1	Nova Indaiá 2
Caixa e equivalentes de caixa	38.341	31.370
Aplicações financeiras - Caixa restrito	179	150
Ativos	38.520	31.520
Empréstimos e financiamentos	38.370	31.394
Obrigações tributárias	6	5
Passivos	38.376	31.399
Total dos ativos líquidos	144	121

Em função dos ativos terem sido registrados pelos valores contábeis, não houve reconhecimento de qualquer ágio ou ganho nas demonstrações financeiras.

Tal operação não causou efeito nas demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que todas as empresas já eram subsidiárias integrais da Omega Geração.

5.2.4 Aquisição da totalidade de ações em Asteri

Em 30 de outubro de 2020, conforme menciona acima, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade de ações preferenciais conversíveis em ações ordinárias de emissão da Asteri detidas pelo Fundo XPOM, representativas de 34,55% do capital social da Asteri. Como resultado da Aquisição, a Companhia passa a ser titular da totalidade das ações, ordinárias e preferencias, de emissão da Asteri. Como contrapartida pela aquisição da titularidade das Ações XPOM, a Companhia pagou ao Fundo XPOM o montante de R\$137.371.

A Aquisição decorreu do exercício, em 27 de outubro de 2020, do direito de preferência da Omega para comprar e adquirir a totalidades das Ações XPOM, pelo Preço das Ações, nos mesmos termos e condições da oferta vinculativa submetida por XP Infra II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ao Fundo XPOM em 20 de outubro de 2020.

De acordo com o CPC 36, a diferença entre o montante pago e o valor do patrimônio líquido dos ativos na data da aquisição foi contabilizado na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da Omega, como resultado na transação entre acionistas, e é calculado conforme tabela a seguir:

	R\$
Preço pago na aquisição	137.371
(-) Patrimônio líquido na aquisição	(47.428)
(=) Resultado na transação com acionistas	<u>89.943</u>

5.2.5 Aquisição do Complexo Chuí

Em 30 de novembro de 2020, foi concluída aquisição de 78% dos ativos da SPEs que compõe Complexo Santa Vitória do Palmar e de 99,99% dos ativos da SPEs que compõe Complexo de Hermenegildo, ambos localizados no estado do Rio Grande do Sul (coletivamente “Complexo Chuí”).

A transação foi realizada por meio de oferecimento de proposta firme de aquisição pela Companhia à Eletrobrás datada de 30 de julho de 2020 e posterior celebração dos respectivos contratos de compra e venda de ações em 8 de setembro de 2020, sob condições suspensivas,

que vinculava o fechamento da transação incluindo aprovação da autoridade antitruste brasileira (“CADE”) e o consentimento de credores. Essas condições precedentes foram cumpridas ao longo do 2º semestre de 2020, tendo sido concluídas até 30 de novembro de 2020, data em que as partes efetivaram a transferência do controle.

O valor final pago pela Omega após as atualizações monetárias e movimentações da dívida totalizaram R\$618.155. Considerando a assunção de dívida líquida de R\$793.414 (conforme tabela (a) contraprestação transferida pela aquisição do controle), o valor final da transação foi de R\$1.411.569.

O Complexo Chuí localizado nas cidades de Chuí (RS) e Santa Vitória do Palmar (RS), é composto por 28 parques eólicos, totalizando 582,8 MW de capacidade instalada e está em operação comercial desde 2015. Os empreendimentos estão contratados no ambiente livre de contratação (“ACL”) e somam 302 aerogeradores, sendo 201 da Siemens Gamesa e 101 da GE, com contratos *full service* de O&M.

A transação foi contabilizada pelo método de aquisição preconizado pelo CPC15, visto que as partes que controlavam o ativo antes da transação não faziam parte do bloco de controle da Omega, portanto, configurando a transação como uma combinação de negócios.

A Companhia concluiu a alocação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos nesta transação, conforme previstos no CPC 15 – Combinação de negócios.

Os custos relacionados à aquisição de R\$2.936 foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

Desde 30 de novembro de 2020, data de sua aquisição, o Complexo Chuí contribuiu para a Companhia com uma receita líquida de R\$39.964 e prejuízo líquido de R\$16.704.

Caso sua aquisição tivesse ocorrido no início do exercício de 2020 o Complexo Chuí teria contribuído para a Companhia com uma receita líquida de R\$321.054 e lucro líquido de R\$4.388.

(a) Contraprestação transferida pela aquisição do controle

O preço da transação foi dividido em 2 parcelas, conforme detalhado a seguir, que somadas à dívida líquida existente nas empresas adquiridas, formam o valor total da transação:

Item	UGC Santa Vitória do Palmar	UGC Hermenegildo	R\$Referência
Parcela de 5% paga em caixa em 08 de setembro de 2020	23.519	7.254	30.773
Parcela remanescente atualizada conforme contrato e paga em caixa em 30 de novembro de 2020	448.922	138.460	587.382
Total da contraprestação transferida pela aquisição do controle	472.441	145.714	618.155
Dívida líquida existente nas empresas adquiridas	465.492	327.922	793.414 (i)
Valor final da transação (<i>enterprise value</i> de Chuí)	937.933	473.636	1.411.569

(i) Dívida líquida existente em Chuí na data da aquisição

A dívida líquida existente em 30 de novembro de 2020 nas empresas que compõem a Chuí decorre do financiamento da implantação do parque e está representada por contratos com o BNDES e BRDE e por debêntures, líquida do saldo em caixa, conforme tabela a seguir:

	UGC Santa Vitória do Palmar	UGC Hermenegildo	Total
Caixa e equivalentes de caixa	42.519	68.218	110.737
Caixa restrito	211.392	16.404	227.796
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(719.403)	(412.544)	(1.131.947)
Dívida líquida (*)	(465.492)	(327.922)	(793.414)

(*) O valor se refere à dívida líquida na proporção da participação da Controladora, sendo UGC Santa Vitória do Palmar de 78% e Hermenegildo de 99,99%.

Os detalhes sobre as taxas, prazos e garantias das dívidas estão apresentados na Nota 14.

(b) Ativos adquiridos e passivos assumidos de Chuí

No quadro a seguir, apresentamos um resumo dos ativos adquiridos e passivos assumidos pelos seus valores contábeis, ajustados aos valores justos do Complexo de Chuí na data da aquisição, 30 de novembro de 2020. O quadro a seguir demonstra o resultado da avaliação final:

Consolidado em 30 de novembro de 2020	UGC Santa Vitória do Palmar		Valores ajustados
	Valores contábeis	Ajuste de valor justo (i)	
Caixa e equivalentes de caixa	54.511	-	54.511
Contas a receber de clientes	22.982	-	22.982
Demais ativos	49.802	-	49.802
Caixa restrito	271.015	-	271.015
Imobilizado	1.435.663	(254.509)	1.181.154
Intangível	85.674	96.773	182.447
Total dos ativos adquiridos	1.919.647	(157.736)	1.761.911
Empréstimos e financiamentos	922.312	-	922.312
Fornecedores	119.314	-	119.314
Obrigações trabalhistas e tributárias	4.950	-	4.950
Outras obrigações	109.642	-	109.642
Total dos passivos assumidos	1.156.218	-	1.156.218
Acervo líquido adquirido	763.429	(157.736)	605.693
Valor justo da participação de não controladores			(133.252)
Total da Contraprestação			472.441

(i) Valores representam 100% do ajuste sendo que na Controladora o montante proporcional foi de R\$198.517 na menos valia do Ativo imobilizado e R\$75.483 na mais valia do Ativo intangível.

Não foi auferido ágio ou ganho por compra vantajosa como reflexo da aquisição da UGC Santa Vitória do Palmar.

Consolidado em 30 de novembro de 2020	UGC Hermenegildo		Valores ajustados
	Valores contábeis	Ajuste de valor justo (i)	
Caixa e equivalentes de caixa	68.225	-	68.225
Contas a receber de clientes	8.933	-	8.933
Demais ativos	150.726	-	150.726
Caixa restrito	16.405	-	16.405
Imobilizado	577.424	(152.481)	424.943
Intangível	24.297	-	24.297
Total dos ativos adquiridos	846.010	(152.481)	693.529
Empréstimos e financiamentos	412.585	-	412.585
Fornecedores	23.936	-	23.936
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.692	-	1.692
Outras obrigações	18.370	-	18.370
Total dos passivos assumidos	456.583	-	456.583
Acervo líquido adquirido	389.427	(152.481)	236.946
Valor justo da participação de não controladores			(23)
Ganho por compra vantajosa na aquisição			(91.209)
Total da Contraprestação			145.714

(ii) Valores representam 100% do ajuste sendo que na Controladora o montante proporcional foi de R\$152.466 na

menos valia do Ativo imobilizado.

De acordo com o item 32 do CPC 15, um ganho por compra vantajosa no valor de R\$91.209 referente à UGC Hermenegildo, foi reconhecido na data da aquisição sendo mensurado pelo montante em que o valor justo dos ativos foi superior à contraprestação transferida pela aquisição do controle.

De acordo com a Lei 12.973/14 e alterações subsequentes, o preço de aquisição para fins fiscais é composto pelos valores oriundos pelos atos celebrados no âmbito da legislação comercial, excluindo da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, portanto, qualquer efeito contábil oriundo da aplicação de avaliações ao valor justo de ativos, passivos e instrumentos patrimoniais de emissão da entidade, como aqueles requeridos pelo CPC15(R1), sendo reconhecidos apenas no momento de sua venda ou reorganização societária envolvendo essa participação, caso os ativos relacionados ao reconhecimento da compra vantajosa não tenham sido baixados.

Como consequência, o ganho por compra vantajosa registrado na transação é neutralizado de forma temporária pela legislação fiscal apesar de transitar no resultado do exercício de maneira definitiva. Portanto, em relação ao montante de R\$91.209 referente ao ganho por compra vantajosa, foi registrado um passivo fiscal diferido no montante de R\$ 31.009.

(i) Ajuste ao valor justo

A Companhia preparou a avaliação dos ativos e passivos ao valor justo com base nas projeções e modelos desenvolvidos internamente, considerando os seguintes aspectos:

- **Caixa, equivalentes de caixa, recebíveis, dívidas e demais ativos e passivos operacionais:** as operações de Chuí registradas nessas rubricas estão representadas por contratos realizados em condições normais de mercado, portanto os valores contábeis se aproximavam de seus valores justos. Em relação aos recebíveis, não há expectativa de perda;
- **Imobilizado:** os parques eólicos de Chuí foram avaliados na metodologia do fluxo de caixa descontado e apresentou indicativos de não recuperabilidade dos ativos, e com isso registrou uma menos valia no montante de R\$350.983, cujas premissas de avaliação estão apresentadas na tabela a seguir;
- **Intangíveis:** a avaliação preliminar resultou na atribuição de valor aos direitos decorrentes da autorização governamental de exploração de energia eólica referente a UGC Santa Vitória do Palmar, conforme tabela a seguir:

Item	R\$	Vida útil	Método de avaliação	Premissas de avaliação
Autorização governamental	96.773	36 anos	Income approach: análise dos resultados projetados da empresa, antes dos impostos, considerando os volumes e preços contratados, bem como os custos de operação e manutenção, bem como demais despesas operacionais projetadas. Foram considerados os encargos sobre os ativos contributórios diretamente vinculados aos ativos em questão (CAC)	Período projetivo: de até 50 anos Taxa CAPM nominal 11,5%a.a. (termos reais) Capacidade instalada: 1.869W Margem EBIT: 54%
Total dos ativos intangíveis	96.773			

(c) Earn-out geração e opção de venda

No contrato de compra de venda da UGC Hermenegildo existe a possibilidade de pagamento de *earn-out* relacionado a geração de energia do triênio 2020-2022 comparativamente ao triênio 2016-2018, onde caso a geração média do triênio de 2020-2022 seja superior à do triênio anterior, um valor de R\$ 185/MWh deverá ser pago pela Omega a vendedora na geração excedente.

A Companhia firmou acordo com a Brave Winds, (detentora dos 22% restantes da UCG Santa Vitória do Palmar) que, sujeito a algumas condições, poderá levá-la a deter 100% das ações da SPE detentora dos ativos relativos a UCG Santa Vitória do Palmar até 30 de junho de 2022 em troca de 3.236.607 ações de emissão da companhia.

Após analisar os termos do *earn-out* e opção de venda, a Companhia entendeu não ser necessário registro dos valores na data de aquisição.

5.2.6 Aquisição de participação em negócios controlados em conjunto: Ventos da Bahia 1 e 2

Conforme mencionado na Nota 4.6, em 23 de agosto de 2020 a Companhia concluiu a aquisição da participação de 50% no Complexo Ventos da Bahia 1&2 da EDF Renewables do Brasil (EDF EN do Brasil Participações Ltda.).

A transação foi realizada por meio da assinatura pelas partes de contrato de compra e venda (“CCV”), datado de 23 de agosto de 2020 sob condições habituais de fechamento, incluindo aprovação de credores e do CADE, sendo que todas essas condições foram cumpridas até 08 de dezembro de 2020, data em que a transação foi consumada pelas partes.

A liquidação financeira da operação ocorreu na data do fechamento com o pagamento de R\$360,5 milhões aos vendedores.

Com a conclusão da transação, a Companhia e a EDF passaram a gerir os negócios do Complexo Ventos da Bahia 1 e 2 de forma conjunta, com base em acordo de acionistas, que estabelece que as decisões substantivas do negócio devem ser tomadas em conjunto, sem a preponderância de qualquer um dos sócios. A Companhia e a EDF têm o direito à indicação de um número igual de membros do Conselho de Administração e da Diretoria executiva.

A Companhia classificou essa participação como uma joint venture, conforme preconizado no CPC 18, e registra esse investimento pelo método de equivalência patrimonial, sem consolidar seus ativos, passivos e resultados. A transação está sendo inicialmente contabilizada pelo método de aquisição preconizado pelos CPC 18 e CPC15.

O Complexo Ventos da Bahia 1 e 2, localizados nos municípios de Bonito e Mulungu do Morro (BA), são compostos por 7 projetos, totalizando 182,6 MW da capacidade instalada e estão 100% operacionais.

Os custos relacionados à aquisição de R\$800 foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

Desde 08 de dezembro de 2020, data de sua aquisição, o Complexo Ventos da Bahia 1 e 2 contribuiu para a Companhia um lucro líquido de R\$872.

Caso sua aquisição tivesse ocorrido no início do exercício de 2020 o Complexo Ventos da Bahia 1 e 2 teria contribuído para a Companhia com um lucro líquido de R\$10.670.

O Complexo Ventos da Bahia 1 e 2 é composto por 2 holdings e 7 parques eólicos, juridicamente distintos, adquiridos separadamente. Ao alocar os valores da transação, a Companhia avaliou existir apenas uma unidade geradora de caixa, visto a interdependência da operação dos parques e uso comum de utilidades como subestação de transformação e linhas de transmissão. A existência das holdings está ligada ao faseamento dos investimentos.

(a) Contraprestação transferida pela aquisição da participação

O valor do preço pago pela transação foi de R\$360.500, cujo pagamento foi feito em parcela única, em dinheiro, na data de fechamento.

(b) Ativos adquiridos e passivos assumidos

No quadro a seguir, apresentamos um resumo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, referentes ao Complexo Ventos da Bahia 1 e 2, pelos seus valores contábeis, ajustados aos valores justos na data da aquisição. Essas informações representam os balanços combinados do Complexo Ventos da Bahia 1 e 2 na data da aquisição:

Consolidado em 30 de novembro de 2020	Valores contábeis	Ajuste de valor justo (i)	Valores ajustados
Caixa e equivalentes de caixa	118.681	-	118.681
Contas a receber de clientes	61.359	-	61.359
Demais ativos	3.849	-	3.849
Caixa restrito	30.834	-	30.834
Imobilizado	999.840	-	999.840
Intangível	16.131	336.197	352.328
Total dos ativos adquiridos	1.230.694	336.197	1.566.891
Empréstimos e financiamentos	780.876	-	780.876
Fornecedores	3.958	-	3.958
Outras obrigações	52.282	-	52.282
Total dos passivos assumidos	837.116	-	837.116
Acervo líquido	393.578	336.197	729.775
Percentual adquirido			50%
Acervo líquido			364.888

(i) Ajuste ao valor justo

A Companhia preparou a avaliação dos ativos e passivos ao valor justo com base em avaliações independentes, considerando os seguintes aspectos:

- **Caixa, equivalentes de caixa, recebíveis, dívidas e demais ativos e passivos operacionais:** estão representadas por contratos realizados em condições normais de mercado, portanto os valores contábeis se aproximavam de seus valores justos. Em relação aos recebíveis, não há expectativa de perda;
- **Imobilizado:** os ativos do Complexo Ventos da Bahia 1 e 2 são novos, com construção concluída em data próxima à aquisição, portanto representam seu valor justo ao se considerar a metodologia do custo de reposição;
- **Intangíveis:** a avaliação preliminar resultou na atribuição de valor aos contratos de comercialização de energia eólica, bem como da existência de autorização governamental de exploração de energia eólica, conforme tabela a seguir:

Item (considera o percentual adquirido)	R\$	Vida útil	Método de avaliação	Premissas de avaliação
Contratos de comercialização de energia	140.609	17,9	<i>Income approach:</i> análise dos resultados projetados da empresa, antes dos impostos, considerando os volumes e preços contratados, bem como os custos de operação e manutenção, bem como demais despesas operacionais projetadas. Foram considerados os encargos sobre os ativos contributórios diretamente vinculados aos ativos em questão (CAC)	Período projetivo: de até 50 anos Taxa CAPM nominal 11,5%a.a. (termos reais) Capacidade instalada: 182,6W Margem EBIT: 54%
Autorização governamental	27.489	50,5		
Total dos ativos intangíveis	168.098			

(c) Reconhecimento contábil do ganho por compra vantajosa

De acordo com o item 32 do CPC 15, um ganho por compra vantajosa no valor de R\$4.388 referente ao Complexo Ventos da Bahia 1 e 2, foi reconhecido na data da aquisição sendo

mensurado pelo montante em que o valor justo dos ativos foi superior à contraprestação transferida pela aquisição do controle, conforme quadro a seguir:

	R\$
Contraprestação transferida (item (a))	(360.500)
Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos - 50%	364.888
(=) Ganho por compra vantajosa	4.388

De acordo com a Lei 12.973/14 e alterações subsequentes, o preço de aquisição para fins fiscais é composto pelos valores oriundos pelos atos celebrados no âmbito da legislação comercial, excluindo da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, portanto, qualquer efeito contábil oriundo da aplicação de avaliações ao valor justo de ativos, passivos e instrumentos patrimoniais de emissão da entidade, como aqueles requeridos pelo CPC15(R1), sendo reconhecidos apenas no momento de sua venda ou reorganização societária envolvendo essa participação, caso os ativos relacionados ao reconhecimento da compra vantajosa não tenham sido baixados.

Como consequência, o ganho por compra vantajosa registrado na transação é neutralizado de forma temporária pela legislação fiscal apesar de transitar no resultado do exercício de maneira definitiva. Portanto, em relação ao montante de R\$4.388, referente ao ganho por compra vantajosa, foi registrado um passivo fiscal diferido no montante de R\$1.490.

(d) Ajuste de preço

O CCV possui cláusula de ajuste de preço de compra que determina um pagamento adicional ao preço da transação que pode variar caso haja diferença entre a posição da dívida líquida utilizada na avaliação das empresas e a dívida líquida registrada no fechamento da transação.

Após analisar os termos dos ajustes de preço de compra, a Companhia entendeu não ser necessário registro dos valores na data de aquisição.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Companhia dividiu suas operações em quatro segmentos reportáveis: operações provenientes de fontes eólicas, de fontes hídricas, fontes solares e comercializadora. Os segmentos estão alinhados com a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho do grupo e estão refletidos em seus relatórios gerenciais utilizados para o acompanhamento e tomada de decisões. Os órgãos responsáveis por tomar essas decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, incluem as Diretorias Executivas e o Conselho de Administração, que utilizam informações sobre geração e comercialização de energia em MWh e MW médios, receitas, despesas de operações e manutenção (O&M), despesas gerais e administrativas fixas (G&A) e, como resultado o EBITDA, os resultados financeiros decorrentes da estrutura de capital e o lucro líquido, assim como a Taxa Interna de Retorno projetada de cada empreendimento. Na atividade de desenvolvimento de projetos, destaque para a gestão e acompanhamento do cronograma físico-financeiro.

As informações apresentadas à Administração com o respectivo desempenho de cada segmento são derivadas dos registros mantidos de acordo com as práticas contábeis, com algumas realocações entre os segmentos.

No quadro a seguir apresentamos as informações operacionais sobre os ativos de cada segmento:

UGCs	Segmento	Número de parques em operação	Localização	Início do contrato de longo prazo	Capacidade instalada (MW)	Principal ambiente de contratação
Omega Geração - Filial Chuí	Eólico	23	Rio Grande do Sul	mai-17	582,8	ACL
Assuruá I e II	Eólico	13	Bahia	Assuruá I abr-16 Assuruá II abr-18	303,0	LER
Delta 3	Eólico	8	Maranhão	jan-18	220,8	ACR - Leilão A-3 2015
Ventos da Bahia I e 2 (*)	Eólico	7	Bahia	set/17 e set/18	182,6	ACR - Leilão A-5 2013 e ACR - LER 2015
Delta 2	Eólico	3	Piauí	jan-18	74,8	ACR - Leilão A-5 2013
Delta 1	Eólico	3	Piauí	jul-14	70,0	ACR - Leilão A-3 2011
Delta 7	Eólico	2	Maranhão	out-19	62,1	ACL
Delta 5	Eólico	2	Maranhão	jan-19	54,0	ACR - Leilão Energia Nova nº 05/2017
Delta 6	Eólico	2	Maranhão	jan-19	54,0	ACR - Leilão A-6 2017
Assuruá 3	Eólico	2	Bahia	abr-19	50,0	LEN
Delta 8	Eólico	1	Maranhão	out-19	35,1	ACL
Omega Geração - Filial Gargaú	Eólico	1	Rio de Janeiro	out-10	28,1	PROINFA
Indaiás	Hídrico	2	Mato Grosso do Sul	jul-12	32,5	ACL
Serra das Agulhas	Hídrico	1	Minas Gerais	jan-18	30,0	ACR - Leilão A-5 2013
Pipoca (**)	Hídrico	1	Minas Gerais	out-10	20,0	ACL
Pirapora (*)	Solar	11	Minas Gerais	nov-17	329,0	LER

(*) Participação de 50%.

(**) Participação de 51%.

6.1 Demonstração dos resultados

Os quadros abaixo apresentam o resultado consolidado da Companhia distribuído entre os quatro segmentos reportáveis. As despesas corporativas e eliminações foram apresentadas em apenas uma coluna, conforme a seguir:

	2021				
	Fontes eólicas ⁽¹⁾	Fontes hídricas ⁽²⁾	Fonte solar ⁽³⁾	Comercializadora (4)	Corporativo / Eliminações Consolidado
Receita operacional líquida	908.609	90.406	-	770.704	- 1.769.719
Custos da operação, conservação e compras	(288.862)	(59.525)	-	(818.549)	- (1.166.936)
Lucro (prejuízo) bruto	619.747	30.881	-	(47.845)	- 602.783
Administrativas, pessoal e gerais	(16.508)	(3.813)	-	(28.472)	(53.346) (102.139)
Outras receitas (despesas) operacionais	712.759	(17.567)	-	(433)	810 695.569
Resultado de equivalência patrimonial	6.185	11.537	(7.434)	(9.068)	- 1.220
Total resultado operacional	1.322.183	21.038	(7.434)	(85.818)	(52.536) 1.197.433
Receitas financeiras	22.609	785	-	787	18.809 42.990
Despesas financeiras	(512.111)	(15.150)	-	(429)	(218.530) (746.220)
Resultado antes do IR/CSLL	832.681	6.673	(7.434)	(85.460)	(252.257) 494.203
IRPJ e CSLL	(61.693)	(2.120)	-	4.451	(136.368) (195.730)
Lucro líquido do exercício	770.988	4.553	(7.434)	(81.009)	(388.625) 298.473

¹ Inclui a equivalência patrimonial referente a 50% da participação no Ventos da Bahia 1&2. O detalhamento das informações está apresentado na Nota 10.

² Inclui a equivalência patrimonial referente a 51% da participação na Hidrelétrica Pipoca. O detalhamento das informações está apresentado na Nota 10.

³ Inclui a equivalência patrimonial referente a 50% da participação no Complexo Pirapora. O detalhamento das informações está

apresentado na Nota 10.

⁴ Refere-se as empresas Omega Geração Comercializadora de Energia S.A. ("OMGC") e OMC. O detalhamento das informações está apresentado na Nota 10.

	2020 (reapresentado)					
	Fontes eólicas ⁽¹⁾	Fontes hídricas ⁽²⁾	Fonte solar ⁽³⁾	Comercializadora ⁽⁴⁾	Corporativo / Eliminações	Consolidado
Receita operacional líquida	876.104	85.846	-	270.957	(130.766)	1.102.141
Custos da operação, conservação e compras	(509.134)	(41.365)	-	(275.451)	130.766	(695.184)
Lucro (prejuízo) bruto	366.970	44.481	-	(4.494)	-	406.957
Administrativas, pessoal e gerais	(30.105)	(5.621)	-	(774)	(24.218)	(60.718)
Outras receitas (despesas) operacionais	173.572	11.216	-	(117)	(1.666)	183.005
Resultado de equivalência patrimonial	155	11.639	(4.210)	1.909	-	9.493
Total resultado operacional	510.592	61.715	(4.210)	(3.476)	(25.884)	538.737
Receitas financeiras	8.220	894	-	141	14.443	23.698
Despesas financeiras	(332.584)	(17.912)	-	197	(91.117)	(441.416)
Resultado antes do IR/CSLL	186.228	44.697	(4.210)	(3.138)	(102.558)	121.019
IRPJ e CSLL	(52.712)	(1.163)	-	(2.616)	-	(56.491)
Lucro líquido do exercício	133.516	43.534	(4.210)	(5.754)	(102.558)	64.528

¹ Inclui a equivalência patrimonial referente a 50% da participação no Ventos da Bahia 1&2. O detalhamento das informações está apresentado na Nota 10.

² Inclui a equivalência patrimonial referente a 51% da participação na Hidrelétrica Pipoca. O detalhamento das informações está apresentado na Nota 10.

³ Inclui a equivalência patrimonial referente a 50% da participação no Complexo Pirapora. O detalhamento das informações está apresentado na Nota 10.

⁴ Refere-se a empresa Omega Geração Comercializadora de Energia S.A. ("OMGC"). Essa comercializadora tem como objetivo a gestão dos contratos de compra e venda de energia da Omega. Inclui também a equivalência patrimonial referente a 51% da participação na Omega Comercializadora de Energia S.A. ("OMC"), o detalhamento das informações da OMC está apresentado na Nota 10.

6.2 Principais ativos e passivos por segmento

	2021					
	Fontes eólicas ⁽¹⁾	Fontes hídricas ⁽²⁾	Fonte solar ⁽³⁾	Comercializadora ⁽⁴⁾	Corporativo / Eliminações	Consolidado
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	185.558	4.947	-	22.741	721.561	934.807
Clientes	277.283	8.009	-	80.494	-	365.786
Aplicações financeiras - Caixa restrito	218.550	7.749	-	-	-	226.299
Investimento	328.542	46.915	351.083	-	-	726.540
Imobilizado e Intangível	6.778.621	381.056	-	6.573	930.980	8.097.230
Demais ativos	115.626	10.448	-	21.166	137.917	285.157
Total dos principais ativos	7.904.180	459.124	351.083	130.974	1.790.458	10.635.819
Passivos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.283.547)	(165.321)	-	-	(2.211.516)	(5.660.384)
Fornecedores	(124.536)	(16.850)	-	(249.144)	362	(390.168)
Passivo de arrendamentos	(109.331)	-	-	-	(12.678)	(122.009)
Outras obrigações	(115.652)	(12.568)	-	(13.773)	(9.756)	(151.749)
Demais passivos	(26.790)	(3.676)	-	(5.761)	(86.567)	(122.794)
Total dos principais passivos	(3.659.856)	(198.415)	-	(268.678)	(2.320.155)	(6.447.104)

¹ Inclui a equivalência patrimonial referente a 50% da participação no Ventos da Bahia 1&2. O detalhamento das informações está apresentado na Nota 10.

² Inclui o investimento referente a 51% de participação na Hidrelétrica Pipoca. O detalhamento das informações do ativo, passivo e demonstrações de resultado está apresentado na Nota 10.

³ Inclui o investimento referente a 50% de participação no Complexo Pirapora. O detalhamento das informações do ativo, passivo e demonstrações de resultado está apresentado na Nota 10.

⁴ Refere-se as empresas Omega Geração Comercializadora de Energia S.A. ("OMGC") e OMC. O detalhamento das informações está apresentado na Nota 10.

	2020					
	Fontes eólicas ⁽¹⁾	Fontes hídricas ⁽²⁾	Fonte solar ⁽³⁾	Comercializadora	Corporativo / Eliminações	/Consolidado
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	397.645	17.869	-	18.843	447.007	881.364
Clientes	334.780	42.420	-	86.155	(155.960)	307.395
Aplicações financeiras - Caixa restrito	455.574	6.197	-	-	-	461.771
Investimento	713.536	38.143	61.032	8.552	-	821.263
Imobilizado e Intangível	7.465.173	367.773	-	-	(113.832)	7.719.114
Total dos principais ativos	9.366.708	472.402	61.032	113.550	177.215	10.190.907
Passivos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.766.192)	(170.816)	-	-	(959.846)	(5.896.854)
Fornecedores	(282.460)	(46.698)	-	(123.946)	153.607	(299.497)
Outras obrigações	(558.080)	(24.877)	-	(1.352)	274.242	(310.067)
Total dos principais passivos	(5.606.732)	(242.391)	-	(125.298)	(531.997)	(6.506.418)

¹ Inclui a equivalência patrimonial referente a 50% da participação no Ventos da Bahia 1&2. O detalhamento das informações está apresentado na Nota 10.

² Inclui o investimento referente a 51% de participação na Hidrelétrica Pipoca. O detalhamento das informações do ativo, passivo e demonstrações de resultado está apresentado na Nota 10.

³ Inclui o investimento referente a 50% de participação no Complexo Pirapora. O detalhamento das informações do ativo, passivo e demonstrações de resultado está apresentado na Nota 10.

⁴ Refere-se a empresa Omega Geração Comercializadora de Energia S.A. ("OMGC"). Essa comercializadora tem como objetivo a gestão dos contratos de compra e venda de energia da Omega. Inclui também a equivalência patrimonial referente a 51% da participação na Omega Comercializadora de Energia S.A. ("OMC"), o detalhamento das informações da OMC está apresentado na Nota 10.

7. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate, junto ao próprio emissor, em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas a operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Banco	2.013	1.158	76.308	102.341
Aplicações financeiras de liquidez imediata	719.348	464.220	858.499	779.023
Caixa e equivalentes de caixa	721.361	465.378	934.807	881.364
Aplicações financeiras - Caixa restrito	-	-	226.299	461.771
Total	721.361	465.378	1.161.106	1.343.135

Em 31 de dezembro de 2021, o caixa e equivalentes de caixa incluem, além dos saldos em contas bancárias, Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e cotas de fundos de investimentos em títulos públicos, com liquidez diária e resgatáveis junto ao emissor.

As aplicações financeiras classificadas como caixa restrito e mantidas no ativo não circulante incluem instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos obtidos junto ao BNDES, BNB, descritos na Nota 14.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e representam os valores a receber pela venda de energia efetuadas pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável.

A Omega utiliza uma matriz de perdas estimadas para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de perdas estimadas aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. A matriz de perdas estimadas baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia, esta matriz é revisada de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

A prática contábil sobre o reconhecimento de receitas está apresentada na Nota 22.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Excedente contratos regulados	-	-	47.084	31.088
Contratos LER	-	-	22.672	20.831
Contratos Proinfa	7.566	-	7.566	3.759
MCP - Câmara de Comercialização de Energia	1.842	-	20.987	101.781
Consumidores livres e distribuidoras	128.275	-	195.022	149.936
MTM carteira de <i>trading</i>	49.853	-	49.853	-
Outras contas a receber	7.700	-	23.274	-
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(672)	-	(672)	-
Total	194.564	-	365.786	307.395
Apresentados no ativo:				
Circulante	194.564	-	347.293	276.307
Não Circulante	-	-	18.493	31.088

Contas a receber regulado (LER, Proinfa e distribuidoras): representados por contas a receber de distribuidoras e LER no âmbito de contratos adquiridos em leilões, bem como contratos no âmbito do PROINFA que são faturados exclusivamente para a Eletrobras. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários. Possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Consumidores livres: representados por contas a receber de comercializadoras relativas à energia gerada pelos ativos de eólicos e PCHs e liquidadas no curto prazo, ao preço de mercado, negociados pela Companhia e seus clientes livremente. Normalmente possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

MCP - CCEE: o saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias. O risco de crédito desse ativo decorre da própria CCEE.

O saldo a receber registrado no ativo não circulante decorre da contabilização CCEE, cuja mecânica contratual prevê a liquidação em prazo superior a 12 meses.

MTM carteira de *trading*: As operações de *trading* compreendem posições *forward*, e são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo.

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Consolidado 2021
A vencer	344.087
Até 30 dias	18
De 31 a 90 dias	21.086
De 91 a 180 dias	23
Acima de 181 dias	1.244
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(672)
Total	365.786

9. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Tributos a recuperar				
IRRF/CSLL	35.506	7.997	62.208	48.680
PIS/COFINS	20.876	-	33.565	9.382
ICMS	-	-	2.694	1.563
IRPJ/CSLL diferidos	-	-	3.836	-
Outros impostos	2.422	2.445	2.912	2.904
Adiantamento a fornecedores	17.582	5.543	22.836	9.024
Partes relacionadas (Nota 20)	118.502	129.317	75.965	88.403
Despesas a apropriar	6.503	498	16.624	14.346
Ativos de indenização na aquisição de empresas	-	-	8.814	8.814
Seguros a receber	-	-	-	24.300
Depósitos judiciais	15.180	118	15.377	373
Ajuste de preço Ventos da Bahia 1 e 2 (Nota 4.6)	-	14.859	-	14.859
Outros	589	1.755	29.215	15.504
Total	217.160	162.532	274.046	238.152
Apresentados no ativo:				
Circulante	147.718	101.124	190.491	166.499
Não Circulante	69.442	61.408	83.554	71.653

A natureza das principais contas do grupo é descrita abaixo.

Tributos a recuperar: contemplam créditos tributários apurados na esfera federal (PIS, COFINS, IR e CSLL) e estadual (ICMS) decorrentes das operações comerciais da Companhia, de investimentos financeiros e da aquisição de equipamentos. Os saldos de IRPJ e CSLL incluem retenções referentes aos resgates das aplicações financeiras. As operações comerciais no âmbito do PROINFA também sofrem retenções na fonte dos impostos federais.

Partes relacionadas: referem-se a rateios de despesas pelo compartilhamento de estrutura e operações de Mútuo à funcionários, conforme detalhado na Nota 20.

Seguros a receber: no período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia baixou a reestimativa de recebimento de seguros por danos patrimoniais e por lucros cessantes no incidente da PCH Serra das Agulhas.

Ativos de indenização na aquisição de empresas: direitos de indenização oriundos da aquisição de Assuruá 1 e Assuruá II relacionados a passivos fiscais contingentes.

Ajuste de preço Ventos da Bahia 1 e 2: Refere-se ao ajuste de preço na aquisição de participação de VDB decorre da análise feita com base no balanço efetivo dia do fechamento. Para mais detalhes, vide Nota 4.6.

10. INVESTIMENTOS

Política contábil

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Investimentos em *joint ventures* decorrem de participações em empresas cujo controle é compartilhado com uma ou mais partes e nenhuma das partes conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, restando à Companhia apenas o direito sobre os ativos líquidos dessa entidade. Esses investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados.

O investimento da Companhia em controladas e *joint ventures* inclui a mais valia decorrente do valor justo de ativos tangíveis e intangíveis contabilizados na aquisição da participação pelo método de aquisição, conforme política contábil descrita na Nota 5.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas consolidadas, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre as empresas consolidadas são eliminados. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

10.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Aumento de capital	Redução de capital	Cessão de ações	Aquisição / incorporação de empresas	Transferência	Controladora Saldo em 31 de dezembro de 2021
Asteri	131.535	15.256	-	-	-	-	(146.791)	-	-
Gargaú	-	25.666	-	-	-	(148.537)	122.871	-	-
Delta 1	103.906	(6.436)	-	-	-	-	-	-	97.470
Delta 5 I	36.613	4.087	(3.609)	-	(11.000)	-	-	-	26.091
Delta 5 II	36.332	5.953	(5.470)	-	(10.500)	-	-	-	26.315
Delta 6 I	39.207	6.478	(6.014)	-	(10.000)	-	-	-	29.671
Delta 6 II	29.990	5.709	(5.177)	-	(9.100)	-	-	-	21.422
Delta 7	73.591	1.279	(251)	-	-	-	-	-	74.619
Delta 8	41.346	1.264	(937)	-	-	-	-	-	41.673
Indaiá Grande	70.744	5.781	(6.724)	-	-	-	-	-	69.801
Indaiázinho	44.954	9.842	(11.999)	-	-	-	-	-	42.797
Omega Geração 1	235.915	(11.478)	-	8.800	-	-	-	-	233.237
OE&I2	506.594	12.699	(3.016)	-	-	-	-	-	516.277
OMC	8.851	(24.328)	-	2.040	-	5.995	(5.809)	-	(13.251)
OMGC	(12.008)	(93)	-	-	-	-	-	-	(12.101)
Pipoca	-	3.208	(2.765)	-	-	45.438	-	-	45.881
Pirapora	165.022	5.991	(5.999)	-	(47.500)	-	-	233	117.747
Assuruá	578.680	117	-	-	-	-	-	-	578.797
Assuruá 3	235.682	10.853	(2.578)	-	(14.500)	-	-	(149.473)	79.984
Chuí	726.067	(51.351)	-	999.554	-	-	(1.717.256)	42.986	-
Ventos da Bahia 1 e 2	363.271	14.408	(10.191)	-	(30.000)	-	-	(168.103)	169.385
Mais valia	939.062	(66.190)	-	-	-	-	45.363	274.357	1.192.592
Total	4.355.354	(31.285)	(64.730)	1.010.394	(132.600)	(97.104)	(1.701.622)	-	3.338.407

	Consolidado								
	Pipoca	Mais valia	OMC	Menos valia	Pirapora	Mais valia	Ventos da Bahia 1 e 2	Mais valia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	36.999	1.141	8.851	(299)	165.022	246.994	195.173	167.382	821.263
Aquisição de empresa	-	-	(1.686)	158	-	-	-	-	(1.528)
Resultado de equivalência patrimonial	11.647	(115)	(9.205)	141	5.991	(13.425)	14.408	(8.222)	1.220
Dividendos	(2.765)	-	-	-	(5.999)	-	(10.191)	-	(18.955)
Aumento de capital	-	-	2.040	-	-	-	-	-	2.040
Redução de capital	-	-	-	-	(47.500)	-	(30.000)	-	(77.500)
Transferências	-	-	-	-	233	(233)	(5)	5	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	45.881	1.026	-	-	117.747	233.336	169.385	159.165	726.540

Principais movimentações ocorridas durante o exercício de 2021

- (i) **Aquisição da totalidade de 100% das ações de Omega Comercializadora S.A.:** Conforme divulgado na Nota 5.1.1, foi concluída a aquisição da participação de 100% da OMC.
- (ii) **Incorporação de empresas:** Conforme divulgado na Nota 4.11, foi concluída a incorporação das empresas.

10.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Controladora									
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Resultado de equivalência patrimonial	Perda de investimento	Dividendos	Aumento de capital	Redução de capital	Aquisição de empresas	Incorporação da Novas Indaiá 1 e 2	Saldo em 31 de dezembro de 2020	
Asteri	85.531	12.955	(2.084)	(9.474)	-	-	44.607	-	131.535	
Delta 1	106.169	(2.263)	-	-	-	-	-	-	103.906	
Delta 5 I	48.485	5.758	-	(13.187)	-	(4.443)	-	-	36.613	
Delta 5 II	44.639	3.907	-	(11.938)	-	(276)	-	-	36.332	
Delta 6 I	47.150	2.958	-	(10.625)	-	(276)	-	-	39.207	
Delta 6 II	39.128	5.182	-	(11.857)	-	(2.463)	-	-	29.990	
Delta 7	-	8.888	-	(13.195)	-	(10.847)	88.745	-	73.591	
Delta 8	-	5.567	-	(7.168)	-	(7.103)	50.050	-	41.346	
Indaiá Grande	88.760	14.537	-	(3.453)	15.000	(44.244)	-	144	70.744	
Indaiázinho	60.706	11.677	-	(13.779)	9.000	(22.771)	-	121	44.954	
Nova Indaiá 1	-	(205)	-	-	349	-	-	(144)	-	
Nova Indaiá 2	-	(168)	-	-	289	-	-	(121)	-	
Omega Geração 1	211.186	7.907	-	(1.878)	18.700	-	-	-	235.915	
OE&I2	522.504	(15.910)	-	-	-	-	-	-	506.594	
OMC	7.092	1.759	-	-	-	-	-	-	8.851	
OMGC	(4.345)	(7.663)	-	-	-	-	-	-	(12.008)	
Pirapora	159.243	11.286	-	(5.507)	-	-	-	-	165.022	
Assuruá	588.188	(9.508)	-	-	-	-	-	-	578.680	
Assuruá 3	-	13.096	-	(511)	-	-	223.097	-	235.682	
Chuí	-	16.703	-	-	-	-	709.364	-	726.067	
Ventos da Bahia 1 e 2	-	873	-	(2.490)	-	-	364.888	-	363.271	
Mais valia	995.819	(56.757)	-	-	-	-	-	-	939.062	
Total	3.000.255	30.579	(2.084)	(105.062)	43.338	(92.423)	1.480.751	-	4.355.354	

	Consolidado								
	Pipoca	Mais valia	OMC	Menos valia	Pirapora	Mais valia	Ventos da Bahia 1 e 2	Mais valia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	30.596	1.247	7.092	(449)	159.243	262.490	-	-	460.219
Aquisição de empresa	-	-	-	-	-	-	196.790	168.098	364.888
Resultado de equivalência patrimonial	11.743	(106)	1.759	150	11.286	(15.496)	873	(716)	9.493
Dividendos	(5.340)	-	-	-	(1.557)	-	(2.490)	-	(9.387)
Redução de capital	-	-	-	-	(3.950)	-	-	-	(3.950)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	36.999	1.141	8.851	(299)	165.022	246.994	195.173	167.382	821.263

Principais movimentações ocorridas durante o exercício de 2020

- (iii) **Aquisição dos ativos de Delta 7 e Delta 8:** Conforme divulgado na Nota 5.2.1, foi concluída a transferência de ativos de geração de energia de Delta 7 e Delta 8.
- (iv) **Aquisição de Assuruá 3:** Conforme divulgado na Nota 5.2.2, foi concluída a aquisição das ações da Assuruá 3, no interior da Bahia, do FIP IEER.

- (v) **Aquisição de Nova Indaiá 1 e Nova Indaiá 2:** Conforme divulgado na Nota 5.2.3, foi concluída a aquisição das ações de Nova Indaiá 1 e Nova Indaiá 2.
- (vi) **Aquisição da totalidade de ações de Asteri:** Conforme divulgado na Nota 5.2.4, foi concluída a aquisição da totalidade de ações preferenciais conversíveis em ações ordinárias de emissão da Asteri detidas pelo Fundo XPOM.
- (vii) **Aquisição do Complexo Chuí:** Conforme divulgado na Nota 5.2.5, foi concluída a aquisição das ações do Complexo de Chuí.
- (viii) **Aquisição de participação em negócios controlados em conjunto:** Ventos da Bahia 1 e 2: Conforme divulgado na Nota 5.2.6, foi concluída a aquisição da participação de 50% no Complexo Ventos da Bahia 1 e 2.

10.3 Investimento mantido no consolidado - *Joint Venture* – Hidrelétrica Pipoca

A *joint venture* Pipoca é um investimento de controle compartilhado com a Cemig Geração e Transmissão S.A (“Cemig”) através da participação indireta de 51% do capital social por meio da controlada Asteri Energia S.A.

Os ativos de Pipoca referem-se a uma PCH, localizada no Rio Manhuaçu, entre os Municípios de Ipanema e Caratinga, tendo iniciado a operação de geração de energia em outubro de 2010 com capacidade instalada de 20 MW. O prazo de autorização para exploração é de 30 anos, os quais poderão ser prorrogadas por mais 30 anos de acordo com os termos da Lei 13.360/2016.

As informações contábeis sobre os principais ativos e passivos e resultados dessa *joint venture* estão apresentados a seguir:

Balanco Patrimonial	2021	2020	Demonstrações de resultados	2021	2020
Total do ativo	118.797	109.756	Receita operacional líquida	38.739	33.550
Circulante	17.461	18.578	Custos da operação e conservação	(15.290)	(12.221)
Não circulante	101.336	91.178	Lucro bruto	23.449	21.329
Realizável a longo prazo	3.546	3.041	Despesas operacionais	1.775	4.139
Imobilizado e intangível	97.790	88.137	Resultado financeiro líquido	(1.252)	(1.217)
Total do passivo	118.797	109.756	Lucro antes do IRPJ e CSLL	23.972	24.251
Circulante	14.973	16.815	IRPJ e CSLL	(1.135)	(1.220)
Não circulante	13.861	20.386	Lucro líquido	22.837	23.031
Patrimônio líquido	89.963	72.555			

10.4 Investimento mantido no consolidado - *Joint Venture* – Pirapora

A *joint venture* Pirapora é um investimento de controle compartilhado com a EDF Renewables no Brasil através da participação direta de 50%.

Pirapora é um complexo solar fotovoltaico composto por 11 plantas conectadas à rede nacional por meio de uma infraestrutura de conexão compartilhada, todas localizadas no estado de Minas Gerais. Com irradiação horizontal global média de 2.078 kWh/m²/ano, o Complexo Pirapora está localizado em uma das áreas mais ensolaradas do Brasil, de acordo com o mapa brasileiro de irradiação solar.

As usinas estão todas operacionais e contam com PPA de 20 anos, que foram negociados nos Leilões de Energia de Reserva (LER) da ANEEL em agosto de 2015, novembro de 2015 e agosto de 2014, respectivamente, com uma energia total contratada de 747 GWh/ano.

As informações contábeis sobre os principais ativos e passivos e resultados dessa *joint venture* estão apresentados a seguir:

Balanco Patrimonial	2021	2020	Demonstrações de resultados	2021	2020
Total do ativo	1.715.549	1.868.247	Receita operacional líquida	273.035	251.376
Circulante	203.851	301.788	Custos da operação e conservação	(100.991)	(741)
Não circulante	1.511.698	1.566.459	Lucro bruto	172.044	250.635
Imobilizado e intangível	1.511.698	1.566.459	Despesas operacionais	1.445	(102.824)
			Resultado financeiro líquido	(152.380)	(117.883)
Total do passivo	1.715.549	1.868.247			
Circulante	83.726	111.030	Lucro antes do IRPJ e CSLL	21.109	29.928
Não circulante	1.339.933	1.365.333	IRPJ e CSLL	(10.991)	(8.754)
Patrimônio líquido	291.890	391.884	Lucro líquido	10.118	21.174

10.5 Investimentos com mantido no consolida- *Joint Venture* – Ventos da Bahia 1 e 2

A joint venture Ventos da Bahia 1 e 2 é um investimento de controle compartilhado com a EDF Renewables no Brasil através da participação direta de 50%.

As informações contábeis sobre os principais ativos e passivos e resultados dessa *joint venture* estão apresentados a seguir:

Balanco patrimonial	2021	2020	Demonstrações de resultados	2021	2020
Total do ativo	1.132.497	1.198.961	Receita operacional líquida	172.849	158.068
Circulante	163.190	186.255	Custos da operação e conservação	(75.156)	(1.005)
Não circulante	969.307	1.012.706	Lucro bruto	97.693	157.063
Imobilizado e intangível	969.307	1.012.706	Despesas operacionais	35	(68.883)
			Resultado financeiro líquido	(62.484)	(61.428)
Total do passivo	1.132.497	1.198.961			
Circulante	67.414	47.913	Lucro antes do IRPJ e CSLL	35.244	26.752
Não circulante	726.314	755.726	IRPJ e CSLL	(6.428)	(5.412)
Patrimônio líquido	338.769	395.322	Lucro líquido	28.816	21.340

11. IMOBILIZADO

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

Os custos de descomissionamento dos parques são contabilizados no custo inicial do ativo imobilizado com base em projeções dos custos que se esperam incorrer para desmontar os parques eólicos e restaurar a localidade realizadas pela Companhia. Os valores são amortizados com base nos prazos de autorização dos parques e o passivo, registrado ao valor presente, é recomposto pela taxa de desconto estimada inicialmente, em contrapartida de uma despesa financeira.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

A política contábil para o teste de *impairment* do ativo imobilizado está descrito na Nota 13.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. O cálculo das vidas úteis requer que a Companhia assuma premissas sobre condições futuras que são incertas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

Ao determinar o valor da provisão de descomissionamento, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a remoção de todo parque eólico e a época esperada dos referidos custos.

11.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	Controladora				
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Projetos em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.929	1.615	2.375	128	6.047
Adições	571	2	4.453	402	5.428
Incorporação de ações	1.400.335	299.254	3.555	1.409	1.704.553
Reversão de <i>Impairment</i> de Chuí	690.464	-	-	-	690.464
Depreciação	(18.089)	(2.364)	-	(256)	(20.709)
Baixa mais valia	(136.499)	-	-	-	(136.499)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.938.711	298.507	10.383	1.683	2.249.284
Custo histórico	1.956.800	300.871	10.383	1.939	2.269.993
Depreciação acumulada	(18.089)	(2.364)	-	(256)	(20.709)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.938.711	298.507	10.383	1.683	2.249.284

	Consolidado					
	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Edificações	Projetos em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.954.887	146.173	394.964	18.390	85.264	6.599.678
Adições	571	16.595	875	24.100	2.352	44.493
Reversão de <i>Impairment</i> de Chuí	690.464	-	-	-	-	690.464
Depreciação	(311.974)	(3.590)	(26.521)	-	(554)	(342.639)
Baixas	-	-	-	(6.266)	(110)	(6.376)
Transferências	8.939	-	3	(8.942)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.342.887	159.178	369.321	27.282	86.952	6.985.620
Custo histórico	7.247.244	185.509	428.396	27.282	88.184	7.976.615
Depreciação acumulada	(904.357)	(26.331)	(59.075)	-	(1.232)	(990.995)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.342.887	159.178	369.321	27.282	86.952	6.985.620

11.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

O saldo do ativo imobilizado da Controladora totalizava R\$6.047 em 31 de dezembro de 2020, relativos a equipamentos, móveis e utensílios e benfeitorias em propriedades de terceiros, mantidos para desenvolvimento das atividades corporativas da Omega. Em função da baixa relevância do saldo, a Companhia está apresentado a composição e movimentação apenas para os saldos consolidados, conforme a seguir:

	Consolidado					
	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Edificações	Projetos em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.085.088	140.689	254.980	20.329	15.336	4.516.422
Adições	12.851	3.495	2.668	30.728	50	49.792
Aquisição de Delta 7 e Delta 8	364.267	-	44.680	-	13	408.960
Aquisição de Assuruá 3	249.499	-	-	-	3.074	252.573
Aquisição de Chuí	1.843.894	-	102.269	-	66.925	2.013.088
Impairment de Chuí	(406.991)	-	-	-	-	(406.991)
Depreciação	(202.067)	(2.476)	(8.042)	-	(100)	(212.685)
Baixas	(12)	(17.193)	(4.227)	-	(49)	(21.481)
Transferências (*)	8.358	21.658	2.636	(32.667)	15	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.954.887	146.173	394.964	18.390	85.264	6.599.678
Custo histórico	6.547.270	168.914	427.518	18.390	85.942	7.248.034
Depreciação acumulada	(592.383)	(22.741)	(32.554)	-	(678)	(648.356)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.954.887	146.173	394.964	18.390	85.264	6.599.678

Não houve juros capitalizados ao imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A Companhia adquire empresas com projetos já concluídos de forma que não há capitalização de juros ao ativo imobilizado.

Os empréstimos e financiamentos exigem alienação fiduciária sobre os ativos da Companhia. Na Nota 14.1 há o detalhe dos empréstimos que exigem esse tipo de garantia.

O valor contábil dos ativos decorrentes da provisão de descomissionamento em 31 de dezembro de 2021 era de R\$783 (R\$798 em 2020). A Companhia estima que os custos serão realizados dentro de aproximadamente 50 anos, no momento do vencimento da autorização, e calcula a provisão utilizando o método de fluxo de caixa descontado ao valor presente com base em estimativas internas de custos a incorrer.

As vidas úteis utilizadas para o cálculo e registro da depreciação no exercício de 2021 são as seguintes:

UGC	Taxa de depreciação			
	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Edificações	Móveis e utensílios
UGC Assuruá 1 e II	4,70%	-	4,00%	16,90%
UGC Assuruá 3	4,20%	-	3,50%	6,30%
UGC Delta 1	6,70%	-	4,00%	6,30%
UGC Delta 2	4,70%	-	3,80%	6,30%
UGC Delta 3	3,40%	-	2,90%	3,40%
UGC Delta 5	5,30%	-	3,30%	7,50%
UGC Delta 6	4,70%	-	3,40%	7,60%
UGC Delta 7	4,50%	-	3,30%	6,30%
UGC Delta 8	4,40%	-	3,30%	6,30%
UGC Indaiás	5,10%	2,30%	3,90%	7,50%
UGC Omega Geração - Filial Chuí	4,30%	-	3,20%	11,60%
UGC Omega Geração - Filial Gargaú	4,90%	-	4,00%	10,10%
UGC Serra das Agulhas	5,80%	2,30%	3,50%	6,40%
Comercializadora	-	-	3,00%	16,70%

A Companhia não alterou sua expectativa das vidas úteis dos ativos no exercício.

12. INTANGÍVEL

Política contábil

Os intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio, reduzidos da amortização acumulada apurada pelo método linear. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais ou autorizações governamentais.

A política contábil para o teste de *impairment* do ativo intangível está descrito na Nota 13.

Os intangíveis relacionados aos contratos de venda de energia elétrica são amortizados pelo prazo de 20 anos. Os direitos de autorização são amortizados pelo prazo legal, geralmente 35 anos, estendidos por mais 20 anos quando a Companhia possui o direito adquirido de renovar as autorizações.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os ativos intangíveis da Companhia decorrem substancialmente de contratos de venda de energia e autorizações governamentais, adquiridos em combinações de negócios e foram reconhecidos com base em seu valor justo. A mensuração do valor justo na ocasião da aquisição envolve alto grau de estimativa e julgamento da Administração na determinação das premissas utilizadas, tais como disponibilidade de recursos naturais, preços de mercado, vidas úteis e a taxa de desconto que podem alterar significativamente o valor justo do ativo em seu reconhecimento inicial.

12.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	Controladora			
	Ativo de direito de uso de arrendamento	Direito de autorização	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.288		3.333	16.621
Adições	-		5.787	5.787
Incorporação de empresas	52.329	104.505	54.847	211.681
Amortização	(3.326)	-	(1.687)	(5.013)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	62.291	104.505	62.280	229.076
Custo histórico	66.566	104.505	66.908	237.979
Amortização acumulada	(4.275)	-	(4.628)	(8.903)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	62.291	104.505	62.280	229.076

	Consolidado					
	Contrato energia - PPA	Direitos de autorização	Ativo de direito de uso de arrendamento	Sistema de transmissão	Outros (i)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	618.991	309.863	117.669	5.187	67.726	1.119.436
Adições (i)	-	36.355	-	-	15.204	51.559
Amortização	(36.867)	(7.994)	(8.456)	(21)	(6.047)	(59.385)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	582.124	338.224	109.213	5.166	76.883	1.111.610
Custo histórico	706.266	361.285	126.562	5.708	87.829	1.287.650
Amortização acumulada	(124.142)	(23.061)	(17.349)	(542)	(10.946)	(176.040)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	582.124	338.224	109.213	5.166	76.883	1.111.610

(i) Representado substancialmente por licença de *software*.

12.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Controladora		
	Ativo de direito de uso de arrendamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	1.160	1.160
Adições	14.237	2.943	17.180
Amortização	(949)	(770)	(1.719)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.288	3.333	16.621
Custo histórico	14.237	6.274	20.511
Amortização acumulada	(949)	(2.941)	(3.890)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.288	3.333	16.621

	Consolidado					
	Contrato energia - PPA	Direitos de autorização	Ativo de direito de uso de arrendamento	Sistema de transmissão	Outros (i)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	575.070	170.402	51.456	5.208	9.816	811.952
Adições (i)	-	-	14.237	-	3.296	17.533
Aquisição do Complexo Chuí	-	75.483	53.921	-	56.050	185.454
Aquisição de Delta 7 e Delta 8	-	-	5.894	-	-	5.894
Aquisição de Assuruá 3	79.740	69.733	-	-	-	149.473
Amortização	(35.819)	(5.755)	(7.839)	(21)	(1.436)	(50.870)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	618.991	309.863	117.669	5.187	67.726	1.119.436
Custo histórico	706.266	324.930	126.562	5.708	72.625	1.236.091
Amortização acumulada	(87.275)	(15.067)	(8.893)	(521)	(4.899)	(116.655)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	618.991	309.863	117.669	5.187	67.726	1.119.436

(ii) Representado substancialmente por licença de *software*.

Power Purchase Agreement – PPA: decorrem de intangíveis relativos aos contratos de longo prazo de comercialização de energia existentes na data da aquisição de ativos

Direitos de autorização: relativos a intangíveis dos complexos Indaiás, Gargaú, OE&I2 e Assuruá 1 e II e Chuí decorrentes de autorizações governamentais para a operação dos parques adquiridos.

Sistemas de transmissão: relativos aos direitos de servidão sobre as linhas dos complexos de Serra das Agulhas e Delta 3.

Demais ativos intangíveis: relativos a licenças e *softwares* adquiridos para a condução normal dos negócios da Companhia.

13. TESTE DE IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Política contábil

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Essa indicação pode se dar por fatores internos decorrentes da eficiência operacional dos ativos ou externas em função do cenário macroeconômico e do comportamento dos preços de energia elétrica.

Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado, utilizando-se a metodologia do valor em uso, que consiste em apurar os fluxos de caixa futuros do ativo ao seu valor presente, utilizando o custo do capital, apurado por meio do WACC, para seu desconto. O teste de *impairment* é obrigatório quando houver ativo intangível com vida útil indefinida, conforme requer o CPC01.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua UGC, salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam

predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização com a finalidade de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável quando aplicável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia determina seus fluxos de caixa com base nos orçamentos aprovados pela administração, os quais utilizam as seguintes premissas: (i) disponibilidade dos recursos hídricos e eólicos; (ii) custos e investimentos baseados na melhor estimativa com base em desempenhos passados; (iii) preços de venda consistentes com contratos e as projeções disponíveis para o PLD; (iv) vida útil de cada unidade geradora de caixa; e (v) taxas de desconto que refletem riscos específicos de cada unidade geradora de caixa. Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas. Portanto, existe a possibilidade de que mudanças nas circunstâncias alterem essas projeções o que pode afetar o valor recuperável dos ativos.

O processo de determinação do valor em uso das UGCs envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxa de desconto. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 R1 -Redução do Valor Recuperável de Ativos.

A Companhia avaliou com data base de 31 de dezembro de 2021 seus quatro segmentos de negócios agrupando os ativos de cada parque em UGCs independentes, não identificando indicadores de perda de valor.

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2021			
	Imobilizado	Intangível	Ativo total	Margem operacional
Omega Geração – Corporativo	9.321	18.081	27.402	10%
Omega Geração – Filial Chuí	2.157.070	123.506	2.280.576	22%
Omega Geração – Filial Gargaú	81.425	3.734	85.159	49%
UGC Indaiás	171.033	14.127	185.160	45%
UGC Delta 1	204.405	8.431	212.836	11%
UGC Serra das Agulhas	192.113	3.782	195.895	33%
UGC Delta 2	336.396	12.963	349.359	50%
UGC Delta 3	1.409.928	21.039	1.430.967	49%
UGC Delta 5	196.417	6.875	203.292	52%
UGC Delta 6	199.793	4.112	203.905	56%
UGC Delta 7	248.536	3.401	251.937	44%
UGC Delta 8	135.788	1.894	137.682	44%
UGC Assuruá 1 e II	1.402.281	886	1.403.167	47%
UGC Assuruá 3	239.032	-	239.032	54%

A Omega mantém modelos internos de projeção dos fluxos de caixa dessas UGCs para auferir os seus valores recuperáveis, os quais consideram (i) a capacidade instalada de geração de cada empreendimento, bem como taxas de desconto que variam de 6,25% a.a. até 7,46% a.a. em termos reais; e (ii) o crescimento de receita com projeções respeitando o prazo final das

autorizações governamentais e as expectativas do valor de R\$/Mwh projetadas pela Companhia no curto e longo prazo.

A análise do resultado das projeções das margens operacionais descritas acima, bem como os indicadores financeiros de cada UGC denotam que não há indícios internos que os ativos possam estar com dificuldade em sua recuperação.

A UGC Chuí, incluída no segmento operacional Eólico, possuía perdas por *impairment* acumuladas, registrados no Ativo Imobilizado relativo ao grupo de máquinas e equipamentos. O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como contratação da energia ao longo do tempo, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxa de desconto. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 R1 -Redução do Valor Recuperável de Ativos. As premissas utilizadas no teste de *impairment* estão descritas abaixo:

- Taxa de desconto dos fluxos que varia de 6,00% a.a. até 6,62% a.a. em termos reais (taxa anteriormente utilizada variava de 6,33% a.a. até 7,11 a.a.);
- Crescimento de receita: as projeções foram efetuadas respeitando o prazo final das autorizações governamentais e as expectativas do valor de R\$/Mwh projetadas pela Companhia no curto e longo prazo;

O valor recuperável dos ativos da UGC Chuí, que equivale a seu valor em uso, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$2.280.576.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atualizou os fluxos e projeções para o teste de *impairment* de seus ativos operacionais e devido às sinergias obtidas principalmente pela liquidação dos empréstimos e financiamentos das SPEs da UGC Chuí pela Omega da UGC Chuí, a Companhia reverteu o *impairment* de R\$690.464 mil, classificados como máquinas e equipamentos, registrando em “outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração de resultado.

Para os demais projetos operacionais, a Companhia não identificou fatores externos que indicassem existência de desvalorização de suas UGCs. Dessa forma, a Omega concluiu não ser necessário realizar a apuração do valor recuperável para fins de teste de *impairment*.

Não há ativos intangíveis com vida útil indefinida que tenham sido identificados na aquisição de controladas.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Prática contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados à um ativo qualificado em construção. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

14.1 Composição do saldo

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Controladora	
	2021	2020	2021	2020	2021	Total
					2020	
Debêntures	110.627	11.756	2.129.960	994.884	2.240.587	1.006.640
	110.627	11.756	2.129.960	994.884	2.240.587	1.006.640
Custo de transação	(7.581)	(6.801)	(21.490)	(21.623)	(29.071)	(28.424)
Total	103.046	4.955	2.108.470	973.261	2.211.516	978.216

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2021	Total
					2020	
BNDES	128.364	247.298	2.024.060	2.994.302	2.152.424	3.241.600
BNB (*)	74.640	43.850	733.223	797.294	807.863	841.144
Debêntures	144.109	55.007	2.546.748	1.475.585	2.690.857	1.530.592
CCB	18.989	266	51.667	70.000	70.656	70.266
BRDE	-	42.254	-	265.144	-	307.398
	366.102	388.675	5.355.698	5.602.325	5.721.800	5.991.000
Custo de transação	(10.645)	(14.814)	(50.771)	(79.332)	(61.416)	(94.146)
Total	355.457	373.861	5.304.927	5.522.993	5.660.384	5.896.854

Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias por UGCs da Companhia está apresentado a seguir:

Instrumento	Vencimento final	Forma de pagamento	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	Consolidado		
					2021	2020	
UGC Indaiás	CCB	Julho/2025	mensal CDI + 2,90%	Aval corporativo, cessão de direitos	70.656	70.266	
UGC Gargaú	FINEM	Maio/2027	mensal TJLP + 2,23%	Conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	-	28.527	
UGC Delta 1	FINEM	Outubro/2030	mensal TJLP + 2,18%	Conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	133.704	148.793	
UGC Serra das Agulhas	FINEM	Julho/2037	mensal TJLP + 2,02%	Fiança bancária parcial, conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	95.222	101.299	
UGC Delta 2	FINEM	Janeiro/2033	mensal TJLP + 2,27%	Fiança bancária parcial, conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	240.838	254.819	
UGC Delta 2	Debêntures	Dezembro/2026	semestral IPCA + 7,38%	Fiança bancária parcial, conta reserva, compartilhamento garantias BNDES	32.253	31.808	
UGC Delta 3	FINEM	Março/2034	mensal TJLP + 2,32%	Fiança bancária, conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	879.745	921.806	
UGC Delta 3	Debêntures	Dezembro/2029	semestral IPCA + 7,11%	Fiança bancária, conta reserva, compartilhamento garantias BNDES	209.302	199.512	
UGC Delta 5	FNE BNB (1)	Maio/2038	mensal IPCA + 1,75%	Fiança bancária (1), conta reserva	156.158	163.648	
UGC Delta 6	FNE BNB (1)	Maio/2038	mensal IPCA + 1,75%	Fiança bancária (1), conta reserva	158.247	165.697	
UGC Delta 7	FNE BNB (1)	Janeiro/2039	mensal IPCA + 2,19%	Fiança bancária (1), conta reserva	196.102	204.826	
UGC Delta 8	FNE BNB (1)	Janeiro/2039	mensal IPCA + 2,19%	Fiança bancária (1), conta reserva	104.374	109.785	
Corporativo	Debêntures	Maio/2024	semestral CDI + 1,20%	-	312.355	309.805	
Corporativo	Debêntures	Maio/2026	semestral CDI + 1,30%	-	170.066	168.678	
Corporativo	Debêntures	Maio/2026	anual IPCA + 5,60%	-	222.152	201.198	
Corporativo	Debêntures	mai-27	semestral IPCA + 5,00%	-	176.679	159.984	
Corporativo	Debêntures	Setembro/2028	semestral IPCA + 4,37%	-	126.749	114.794	
Corporativo	Debêntures	Setembro/2028	anual IPCA + 4,37%	-	57.614	52.179	
Corporativo	Debêntures	Março/2029	anual CDI + 1,99%	-	1.078.106	-	
Corporativo	Debêntures	Junho/2028	semestral IPCA + 8,50%	Fiança bancária	96.866	-	
Assuruá I	FINEM	BNDES/CEF	Novembro/2032	mensal TJLP + 2,92%	Fiança bancária, conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	128.439	135.781
Assuruá I	Debêntures	Novembro/2030	mensal IPCA + 7,81%	Fiança bancária, conta reserva, compartilhamento de garantias BNDES/CEF	38.370	36.060	
Assuruá II	FINEM	BNDES	Junho/2034	mensal IPCA + 2,75%	Fiança bancária, conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	674.475	706.192
Assuruá II	Debêntures	Junho/2030	mensal IPCA + 6,66%	Fiança bancária, conta reserva, compartilhamento garantias BNDES	170.345	156.898	
Assuruá 3	FNE BNB (1)	Novembro/2038	mensal IPCA + 2,33%	Fiança bancária (1), conta reserva	192.983	197.188	
Santa Vitória do Palmar	BNDES/BRDE	Dezembro/2031	mensal TJLP + 3,76%	Fiança bancária parcial, conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	-	833.934	
Santa Vitória do Palmar	Debêntures	Junho/2028	semestral IPCA + 8,50%	Fiança bancária parcial, conta reserva, compartilhamento garantias BNDES	-	99.676	

HermenegildoBNDES/BRDE	Junho/2032	mensal	TJLP + 4,19%	Fiança bancária parcial, conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	-	417.847
					5.721.800	5.991.000

¹ Considera bônus de adimplência de 15% conforme contrato de financiamento do BNB.

² Cessão de direitos creditórios, alienação do ativo e ações são concedidos como garantias aos fiadores.

O prazo e custo médio nominal da dívida em 31 de dezembro de 2021 era de 6,1 anos e 8,28% a.a.

14.2 Movimentação do saldo

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures do exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	978.216	5.896.854
Captações	1.050.000	1.051.904
Custo de transação	(4.637)	(4.637)
Incorporação de empresas	101.350	-
Pagamento de principal	(4.647)	(1.455.500)
Encargos financeiros pagos	(86.071)	(458.101)
Encargos financeiros provisionados	171.590	592.903
Amortização de custo de transação	5.715	36.961
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.211.516	5.660.384

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	794.393	3.950.884
Captações	160.000	250.371
Custo de transação	(3.278)	(4.433)
Aquisição Delta 7 e Delta 8	-	420.065
Aquisição de Assuruá 3	-	182.872
Aquisição de CHUÍ e SVP	-	1.334.896
Pagamento de principal	-	(307.944)
Encargos financeiros pagos	(38.516)	(275.837)
Encargos financeiros provisionados	60.634	336.579
Amortização de custo de transação	4.983	9.401
Saldos em 31 de dezembro de 2020	978.216	5.896.854

14.2.1 Captações no exercício

Em fevereiro de 2021, a UGC Delta 3 concluiu o recebimento dos recursos referentes aos subcréditos sociais do seu contrato de financiamento junto ao BNDES. Os recursos dos subcréditos sociais, juntamente a recursos próprios, foram utilizados nos projetos Centro de Educação Janela para o Mundo do Maranhão, Fortalecimento do Associativismo, Rota dos Pequenos Lençóis - Ecorodovia, Plano Diretor e Lei de Zoneamento. Foram recebidos R\$1.904, que serão amortizados até março de 2034 e sobre os quais incide juros correspondentes à TJLP.

Em 15 de março de 2021, a Omega Geração concluiu oferta de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária da 3ª (terceira) emissão da Companhia, em série única, totalizando R\$1.050.000, com prazo total de 8 anos e amortizações anuais, conforme curva customizada. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente e equivalentes à taxa de CDI + 1,99% a.a. As debêntures foram caracterizadas como “debêntures verdes” com base em parecer independente emitido por consultoria especializada.

14.2.2 Liquidações do exercício

Em 22 de fevereiro de 2021, a Gargaú liquidou antecipadamente, o montante de R\$27.992, referente ao saldo devedor do contrato de financiamento junto ao BNDES, com vencimento original em 2027 e custo de TJLP + 2,23% a.a.

Em 30 de março de 2021, o Complexo Hermenegildo liquidou antecipadamente o montante de R\$ 408.623 referente ao saldo devedor dos contratos de financiamento junto ao BNDES e ao BRDE, com vencimento original em 2032 e custo de TJLP + 4,19% a.a.

Em 21 de maio de 2021, o Complexo Santa Vitória do Palmar liquidou antecipadamente o montante de R\$ 811.233 referente ao saldo devedor dos contratos de financiamento junto ao BNDES e ao BRDE, com vencimento original em 2031 e custo de TJLP + 3,76% a.a.

As liquidações mencionadas anteriormente foram realizadas em virtude do seu custo e com o objetivo de viabilizar a liberação do caixa restrito da controlada à Companhia, aumentando a liquidez.

14.3 Cronograma de pagamento

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida são os seguintes:

	Principal	Juros	Total
2022	392.955	446.046	839.001
2023	613.079	417.086	1.030.165
2024 a 2026	1.558.110	1.007.620	2.565.730
2027 a 2029	1.892.662	721.334	2.613.996
2030 a 2032	774.011	205.250	979.261
2033 a 2034	595.008	79.600	674.608
	5.825.825	2.876.936	8.702.761

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de projeção, considerando os fluxos contratuais de amortização de principal, juros e estimativas de inflação e de curva de juros básicos.

14.4 Garantias

As garantias dos financiamentos e debêntures dos projetos são as usuais a um *Project Finance*, incluindo: contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos, alienação das ações das SPES dos projetos e quando aplicável, cartas de fiança bancária. A 1ª, 2ª e 3ª Emissões de Debêntures da Omega não possuem garantias. A 4ª Emissão de Debêntures da Omega é garantida por fiança bancária.

14.5 Covenants financeiros

A Companhia, suas controladas e *joint ventures* estão sujeitas a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP), Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice Financeiro (Dívida Líquida/EBITDA). O não cumprimento desses *covenants*, limita a distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório e, em alguns casos, pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas.

Os *covenants* existentes em 31 de dezembro de 2021, de apuração anual do grupo por UGC são detalhados a seguir:

	Dívida			Tipo
	ICP	ICSD líquida/EBITDA		
UGC Indaiás	≥ 25%	N.A.	≥ 3,0	Vencimento Antecipado
UGC Delta 1	N.A.	≥ 1,3	N.A.	Vencimento Antecipado
UGC Serra das Agulhas	≥ 25%	≥ 1,2	N.A.	Vencimento Antecipado
UGC Delta 2	≥ 25%	≥ 1,1	N.A.	Vencimento Antecipado
UGC Delta 3	N.A.	≥ 1,1	N.A.	Vencimento Antecipado
UGC Delta 5	N.A.	≥ 1,2	N.A.	Distribuição Capital
UGC Delta 6	N.A.	≥ 1,2	N.A.	Distribuição Capital
UGC Delta 7	N.A.	≥ 1,2	N.A.	Distribuição Capital
UGC Delta 8	N.A.	≥ 1,2	N.A.	Distribuição Capital
Assuruá 1	N.A.	≥ 1,2	N.A.	Vencimento Antecipado
Assuruá II	N.A.	≥ 1,2	N.A.	Vencimento Antecipado
Assuruá 3	N.A.	≥ 1,2	N.A.	Distribuição Capital

Para Controladora, no âmbito da sua 1ª, 2ª e 3ª emissões de debêntures, há exigência do cumprimento do índice financeiro com apuração trimestral em base anual, sempre considerando o resultado pro forma nos casos em que houver aquisição de participação societária, conforme abaixo:

Período de apuração	Índice financeiro
Dez/2021 a Set/2022	5,00
Dez/2022 até o vencimento	4,50

Em 31 de dezembro de 2021, a Controladora cumpriu integralmente essa cláusula restritiva.

O cumprimento do ICP e ICSD é verificado com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados entre as sociedades de propósito específico detentora dos projetos e respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2021, todas as empresas do Grupo cumpriram integralmente o ICP e ICSD.

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores de equipamentos	-	-	-	163
Fornecedores O&M e serviços gerais	10.387	2.356	11.318	9.191
Compra de energia	130.529	-	132.931	71.713
Contas a pagar ACR	162.064	-	245.919	218.430
	302.980	2.356	390.168	299.497
Apresentados no passivo:				
Circulante	143.827	2.356	221.660	84.815
Não circulante	159.153	-	168.508	214.682

Fornecedores O&M e serviços gerais: representados substancialmente pelos fornecedores de O&M. Conforme descrito na Nota 3.1., a Companhia contrata com prestadores de serviços terceirizados as atividades de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

Compra de energia: as compras de energia são realizadas substancialmente para a cobertura das garantias físicas das UGCs, de acordo com a estratégia de sazonalização de cada unidade.

Contas a pagar ACR: o saldo a pagar decorre do mecanismo de ajuste da contabilização CCEE, conforme descrito na Nota 8.

O aumento nas contas a pagar ACR decorre de déficit de energia gerada em relação aos contratos regulados nas UGCs Delta 1, Delta 2, Delta 3, Assuruá 1 e II, resultante da sazonalidade dos recursos eólicos. A obrigação deverá ser revertida subsequentemente a medida em que a geração de energia de períodos subsequentes seja superior aos valores do contrato.

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

A Companhia adota o programa de participação nos resultados (“PPR”) tendo como base contribuições das equipes e das UGCs e o desempenho global da empresa através do atingimento de indicadores de performance. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

Os impostos a pagar decorrem das obrigações fiscais correntes, apuradas mensalmente com base nas legislações fiscais e jurisdições nas quais a Companhia opera. Estão incluídos impostos apurados nas esferas municipais, estaduais e federais. Quando a Companhia é responsável tributária pelo recolhimento dos tributos de seus fornecedores, é efetuada a retenção desses tributos e recolhimento perante os órgãos competentes.

Saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Obrigações trabalhistas				
Salários e encargos	1.378	1.883	2.136	1.981
Provisões trabalhistas	19.531	17.674	26.262	19.209
Obrigações tributárias				
IRPJ e CSLL a recolher	1.777	-	8.382	8.732
Impostos a pagar	4.329	42	16.732	11.820
Tributos retidos sobre terceiros	2.555	278	5.450	2.795
	29.570	19.877	58.962	44.537

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a pagar aquisição de Assuruá I e II	88.205	209.690	89.012	209.690
Dividendos (Nota 20)	-	-	625	-
Partes relacionadas (Nota 20)	4.303	6.030	491	10.034
Passivos contingente na combinação de negócios (Nota 9)	-	-	8.164	8.164
Adiantamento de clientes	19.638	24.890	19.871	24.924
Serviços	15.446	2.562	26.695	38.662
Provisões diversas	2.030	1.342	6.726	17.558
Outras	-	-	165	1.035
	129.622	244.514	151.749	310.067
Apresentados no passivo:				
Circulante	128.038	33.921	136.926	85.061
Não Circulante	1.584	210.593	14.823	225.006

18. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Política contábil

O Grupo possui empresas tributadas pelo regime do lucro real e presumido. A Companhia revisa anualmente a opção sobre o regime de tributação com base nas suas projeções de resultado, buscando sempre a opção que for economicamente mais favorável para a operação.

As empresas tributadas pelo lucro presumido auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas. As empresas tributadas pelo lucro real, auferem seu lucro com base no resultado contábil, ajustado por despesas ou receitas cuja tributação não é permitida ou exigida, temporária ou permanentemente. Os tributos são calculados à alíquota de 34% sobre o resultado tributável. Prejuízos fiscais podem ser compensados nas operações tributadas pelo lucro real, limitados a 30% do lucro tributável auferido no exercício.

O reconhecimento dos tributos sobre o lucro como diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os impostos diferidos ativos não são reconhecidos quando a recuperabilidade destes ativos não for provável.

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro no resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Controladora	
	2021 (reapresentado)	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	442.465	96.711
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição apurados pela alíquota corrente	(150.438)	(32.882)
Adições (exclusões) de natureza permanente	6.773	(1.058)
Equivalência patrimonial	(10.637)	9.688
Reversão de <i>impairment</i>	86.273	-
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias	(68.360)	-
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	-	-
Outros	21	(18.349)
Despesa de IRPJ e CSLL no resultado	(136.368)	(37.550)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - %	30,82%	38,83%

	Consolidado	
	2021 (reapresentado)	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	494.203	121.019
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição apurados pela alíquota corrente	(168.029)	(41.146)
Adições (exclusões) de natureza permanente	6.946	(453)
Equivalência patrimonial	415	3.228
IR/CS na aquisição de empresas	-	57.795
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias	(95.027)	(160.798)
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	59.845	65.824
Outros	120	19.059
Despesa de IRPJ e CSLL no resultado	(195.730)	(56.491)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - %	39,61%	46,68%

18.1 Saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2021	2020
Entidades legais com ativos fiscais diferidos		
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL - Hermenegildo	-	33.776
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL - outros	3.597	771
Diferenças temporárias - Hermenegildo	-	5.428
Diferenças temporárias - <i>Impairment</i> - Hermenegildo	-	117.331
Ativo fiscal diferido	3.597	157.306
Entidades legais com passivos fiscais diferidos		
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL	-	10.150
Diferença na tributação pelo regime de caixa e competência	(6.835)	(69.019)
Base de depreciação incentivada	-	(29.830)
IR/CS diferidos na aquisição de Chuí e Ventos da Bahia 1 e 2	(40.047)	27.448
IR/CS diferidos sobre ganho com MTM em operações de <i>trading</i>	(16.950)	-
Outras diferenças temporárias	-	(771)
Passivo fiscal diferido, líquido	(63.832)	(62.022)
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	(60.235)	95.284

O Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos estão registrados nas controladas Gargaú e OMGC e na UGC Hermenegildo decorrem de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, suportado pela estimativa de lucros tributáveis futuros baseados no plano de negócios aprovado pela Diretoria.

As projeções consideram as seguintes principais premissas:

- Projeção de fluxo de caixa até o fim das autorizações governamentais;
- A renegociação dos contratos de PPA com base nas estimativas de longo prazo da Companhia para o preço por Mwh;
- Os fluxos de custos financeiros atrelados as dívidas de longo prazo até a sua completa liquidação.;

O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram constituídos pela diferença entre os valores de depreciação dos bens do ativo imobilizado apurados pelas taxas de depreciação definidas pela Aneel e as taxas de depreciação aceitas pela Receita Federal do Brasil – RFB, para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. O montante da diferença a maior apurado pelas taxas anuais de depreciação fixadas pela RFB é excluído do lucro líquido para a apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL correntes.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava saldo acumulado de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social no valor de R\$982.022, para o qual não houve constituição de tributos diferidos ativos em face de não haver expectativa de lucros futuros tributáveis para a sua compensação. Esses prejuízos não estão sujeitos ao prazo decadencial, permanecendo o crédito fiscal disponível para a Omega por tempo indeterminado. Na medida em que se tornar provável a geração de lucro tributável, a Omega poderá registrar esse ativo.

19. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Política contábil

A Companhia arrenda terras nos parques eólicos e vincula o arrendamento a um percentual sobre as receitas decorrentes da geração de energia dos empreendimentos. Esses contratos possuem vigência semelhante aos prazos de autorização governamental para operação dos parques, geralmente 35 anos. Além destes arrendamentos a Companhia possui contrato de locação de andar comercial iniciado em 28 de agosto de 2020 pelo prazo de 5 anos.

Todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, com limitadas exceções, são reconhecidos como um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo que reconhece um ativo representando o direito de uso correspondente ao ativo subjacente no prazo do arrendamento. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado.

Os saldos dos passivos de arrendamento da Companhia, organizados por UGC, são apresentados a seguir:

UGC	% Arrendamento sobre geração	Término	2021
Omega Geração - Controladora	-	2025	12.680
Omega Geração - Filial Gargaú	1,75	2032	4.115
Omega Geração - Filial Chuí	1,80	2050	50.507
Delta 1	1,67	2047	9.432
Delta 2	1,80	2049	14.603
Delta 3	0,60	2051	18.660
Delta 5	0,60	2053	3.183
Delta 6	0,60	2053	3.027
Delta 7	0,60	2045	3.734
Delta 8	0,60	2045	2.068
Total			122.009
Apresentados no passivo:			
Circulante			16.794
Não circulante			105.215
Total			122.009

O ativo intangível decorrente do direito de uso está demonstrado na Nota 12.

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos conforme os contratos de financiamento em cada UGC. A taxa de desconto para o cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento para cada UGC é conforme apresentado abaixo:

UGC	%
Omega Geração - Controladora	7,70
Omega Geração - Filial Gargaú	9,72
Omega Geração - Filial Chuí	12,12
Delta 1	9,45
Delta 2	9,70
Delta 3	10,08
Delta 5	9,42
Delta 6	9,42
Delta 7	9,90
Delta 8	9,90

A movimentação do passivo de arrendamento é apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14.594	125.387
Incorporação de empresas	54.730	-
Juros incorridos sobre o passivo	1.930	12.359
Pagamento de arrendamentos	(3.953)	(15.737)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	67.301	122.009

Os fluxos de pagamentos são os seguintes:

	Consolidado
2022	17.080
2023	16.757
2024 a 2026	46.214
2027 a 2029	40.820
2030 a 2032	39.657
2033 a 2035	36.703
Após 2035	78.735
Valores não descontados	275.966
Juros embutidos	(153.957)
Total	122.009

Existem outros contratos de arrendamento, como por exemplo, veículos e pequenos imóveis, contudo não foram enquadrados dentro da política por possuírem baixo valor por conjunto de bens arrendados em um contrato de arrendamento. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante de despesas de arrendamento de baixo valor e de contratos de curto prazo foi de R\$133 (R\$807 em 2020).

A Companhia não utilizou o benefício concedido em contrato de arrendamento referente à alteração nos pagamentos do arrendamento, conforme deliberação da CVM 859/20.

20. PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela Omega Energia S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve alterações no bloco de controle da Companhia.

20.1 Ativos e passivos

O grupo de outros créditos e outras obrigações referem-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

20.1.1 Controladora

	2021				2020	
	Dividendos a receber	Ativo Outros ativos	Passivo Outras obrigações	Dividendos a receber	Ativo Outros ativos	Passivo Outras obrigações
Pipoca	2.765	1.279	175	12.255	4.849	1.114
Comercializadora	-	11.184	2.628	-	5.992	180
Grupo Omega Desenvolvimento	-	2.753	6	-	6.297	1.602
Pirapora	1.327	-	-	1.557	1	-
UGC Assuruá 1 e II	-	8.678	212	-	8.673	328
UGC Assuruá 3	2.578	691	-	511	479	-
UGC Delta 1	-	2.113	71	97	3.716	68
UGC Delta 2	2.282	2.087	36	3.279	2.831	460
UGC Delta 3	3.016	5.516	72	-	6.866	85
UGC Delta 5	9.079	1.002	339	1.420	2.800	1.079
UGC Delta 6	11.191	784	398	1.392	2.560	913
UGC Delta 7	251	1.852	9	2.109	1.747	9
UGC Delta 8	937	1.167	56	751	1.273	56
UGC Indaiás	-	2.718	136	8.282	3.352	136
UGC Serra das Agulhas	-	5.435	72	-	3.987	-
UGC Santa Vitória do Palmar	-	-	-	-	574	-
UGC Hermenegildo	-	-	-	-	285	-
Omega Desenvolvimento de Energia	-	850	93	-	-	-
Ventos da Bahia 1 e 2	3.422	-	-	2.493	-	-
Mútuo a funcionários (i)	-	70.393	-	-	73.035	-
Total	36.848	118.502	4.303	34.146	129.317	6.030

(i) Em 29 de junho de 2020, a Companhia firmou contratos de Mútuo com colaboradores elegíveis ao terceiro plano de outorga de opções de compra de ações no montante de R\$ 73.035, atualizados mensalmente a 100% do CDI + 0,5% a.a. com vencimento final em 30 de junho de 2025, sendo que as amortizações serão feitas anualmente, iniciando em 30 de junho de 2021. Os valores foram transferidos aos colaboradores entre os dias 14 e 16 de setembro de 2020.

20.1.2 Consolidado

	2021					2020				
	Clientes	Dividendos a receber	Ativo Outros ativos	Outras obrigações	Passivo Dividendos a pagar	Clientes	Dividendos a receber	Ativo Outros ativos	Passivo Fornecedores	Outras obrigações
Comercializadora	-	-	-	-	-	-	-	5.526	9.766	4.595
Grupo Omega Desenvolvimento	-	-	3.040	44	625	-	-	7.226	-	5.439
Pipoca	-	2.765	1.402	175	-	-	2.790	2.616	-	-
Pirapora	-	1.327	-	-	-	-	1.557	-	-	-
Omega Energia	-	-	-	28	-	-	-	-	-	-
Cemig (j)	1.298	-	-	-	-	22.215	-	-	-	-
Ventos da Bahia 1 e 2	-	3.422	-	-	-	-	2.492	-	-	-
Mútuo a funcionários	-	-	70.393	-	-	-	-	73.035	-	-
Omega Desenvolvimento	-	-	1.130	244	-	-	-	-	-	-
Total	1.298	7.514	75.965	491	625	22.215	6.839	88.403	9.766	10.034

(j) Determinadas controladas da Omega Geração possuem transações de compra e venda de energia com a Cemig, considerada parte relacionada do grupo em função de sua participação acionária na Joint Venture Pipoca, conforme mencionado na Nota 10.3.

20.2 Demonstração de resultados

O grupo despesas administrativas refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros). Os valores positivos refletem o repasse de custos da Companhia para as partes relacionadas. Eventualmente são realizadas operações de compra e venda de energia entre partes relacionadas.

20.2.1 Controladora

	2021		2020	
	Administrativas, pessoal e gerais			
Comercializadora (OMC e OMCG)	3.751		5.444	
Grupo Omega Desenvolvimento	5.105		6.466	
Omega Desenvolvimento de Energia	782		-	
Pipoca	1.410		1.840	
UGC Delta 1	2.573		2.247	
UGC Delta 2	2.784		1.655	
UGC Delta 3	6.309		5.021	
UGC Delta 5	1.366		1.696	
UGC Delta 6	1.476		1.266	
UGC Delta 7	1.946		1.407	
UGC Delta 8	1.067		796	
Omega Geração – Filial Gargaú	1.192		1.481	
UGC Indaiás	1.679		1.671	
UGC Serra das Agulhas	1.380		3.432	
UGC Assuruá	9.232		7.192	
Pirapora	4		-	
Omega Geração – Filial Chui	11.288		-	
UGC CEA III	1.088		519	
Total	54.432		42.133	

20.2.2 Consolidado

	2021			2020		
	Receita operacional líquida	Custos da operação, conservação e compras	Administrativas, pessoal e gerais	Receita operacional líquida	Custos da operação, conservação e compras	Administrativas, pessoal e gerais
Comercializadora (OMC)	-	-	(1.420)	-	13.677	(3.272)
Grupo Omega Desenvolvimento	-	(376)	(5.857)	-	208	(5.619)
Pirapora	-	-	(4)	-	-	(i)
Cemig (i)	97.689	-	-	71.647	(2.337)	-
Total	97.689	(376)	(7.281)	71.647	11.548	(8.892)

(i) Determinadas controladas da Omega Geração possuem transações de compra e venda de energia com a Cemig, considerada parte relacionada do grupo em função de sua participação acionária na *Joint Venture* Pipoca, conforme mencionado na Nota 10.3.

A Controladora garante obrigações financeiras relativas a contratos financeiros e fianças de suas controladas. No âmbito das demonstrações financeiras consolidadas, essas garantias não aumentam a exposição da Companhia a fianças e garantias apresentadas na Nota 14.

20.3 Transações com partes relacionadas efetuadas pelas *joint ventures*

As *Joint Ventures* Pipoca e OMC possuem transações de compra e venda de energia com a Cemig, considerada parte relacionada do grupo em função de sua participação acionária na Pipoca, conforme mencionado na Nota 10.3.

20.3.1 Ativo

	2021	2020
	Clientes	
Pipoca	3.153	2.728
Total	3.153	2.728

20.3.2 Demonstração de resultados

	2021		2020	
	Receita operacional líquida	Custos da operação, conservação e compras	Receita operacional líquida	Custos da operação, conservação e compras
Pipoca	37.063	(2.362)	25.777	(2.066)
Total	37.063	(2.362)	25.777	(2.066)

20.4 Remuneração do pessoal chave da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro

A tabela a seguir apresenta a remuneração total estabelecida para os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Companhia:

	2021	2020
Salário	6.135	5.367
Benefícios diretos e indiretos	69	67
Remuneração variável	13.709	6.410
	19.913	11.844

Há também o seguro de D&O que tem cobertura sobre custos de defesa, acordos judiciais e extrajudiciais, além de indenizações, tais coberturas se estendem aos conselheiros, diretores e gerentes ou qualquer outra pessoa física com poder de gestão dentro da companhia.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

A remuneração dos acionistas se dá sobre a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido.

21.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 3.968.679, representado por 200.315.405 ações ordinárias (R\$ 3.833.245, representado por 195.912.131 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020).

O capital social autorizado é de até R\$ 6.000.000. O capital social atual poderá ser aumentado até esse limite independentemente de reforma do estatuto social, por meio de deliberação do Conselho de Administração.

21.2 Movimentação do capital social no exercício

21.2.1 Aumento de capital decorrente do exercício de opções de ações

Em 05 de fevereiro de 2021, 14 de maio de 2021, 24 de junho e 31 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os aumentos do capital social no montante de R\$1.700, R\$2.698, R\$1.546 e R\$4.783, respectivamente, decorrentes do exercício de parte das opções outorgadas no âmbito do Primeiro e Segundo programas do Segundo Plano de opção de ações da Companhia, com emissão de 124.000, 191.104, 41.000 e 328.966 ações ordinárias, respectivamente.

Em 27 setembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social no montante total de R\$2.013, decorrente do exercício do saldo remanescente das opções outorgadas no âmbito do Segundo Plano de opção de ações da Companhia, com emissão de 137.158 ações ordinárias. O efetivo efeito no caixa da Companhia foi em outubro de 2021.

Conforme mencionado na Nota 4.10, em 19 de dezembro de 2021, foram outorgadas as opções para Primeiro Programa do Primeiro Plano da Omega Energia em substituição das opções outorgadas da Omega Geração.

21.2.2 Aumento de capital decorrente de aquisição da totalidade de 100% das ações da OMC

Em 27 de dezembro de 2021, foi aprovada a cisão parcial da Omega Desenvolvimento, correspondente a sua participação de 49% na subsidiária Omega Comercializadora com posterior incorporação da parcela cindida pela Omega Geração. A operação resultou em um aumento de capital social na Omega, no valor de R\$5.994, com a emissão de 344.066 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme mencionado na Nota 5.1.1.

21.2.3 Aumento de capital decorrente de incorporação de ações

No período findo em 31 de dezembro de 2021, a Omega Geração concluiu a aquisição da participação de não controladores nas empresas que integram o Complexo Eólico Hermenegildo e Santa Vitória do Palmar. A aquisição destas participações foi efetuada através da troca de ações, refletindo nos seguintes aumentos de capital:

	Valor	Ações
Complexo Eólico Hermenegildo	31	373
Santa Vitória do Palmar	116.669	3.236.607
	116.700	3.236.980

21.2.4 Composição acionária

A composição acionária da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está composta conforme a seguir:

	2021		2020	
	Ações	%	Ações	%
Omega Energia S.A.	200.315.405	100	-	-
Tarpon Gestora de Recursos S.A. ¹	-	-	83.225.283	42,48
Lambda ²	-	-	9.932.792	5,07
Compass Group L.L.C.	-	-	10.665.299	5,44
Demais acionistas	-	-	92.088.757	47,01
	200.315.405	100	195.912.131	100

21.3 Distribuição dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido apurado em 2021 é a seguinte:

Proposta da Administração	2021	2020 (reapresentado)
Resultado do exercício	306.097	49.353
Ajuste de preço aquisição Ventos da Bahia	-	9.808
Resultado do exercício	306.097	59.161
(-) Reserva legal 5%	(15.305)	(2.958)
(=) Lucro líquido ajustado	290.792	56.203
Destinação dos resultados		
Constituição de reserva de lucros a realizar (i)	72.698	14.050
Constituição de reserva estatutária para investimentos	218.094	42.153

(i) O montante de R\$72.698 correspondente ao dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício de 2021, será destinado a reserva de lucros a realizar, nos termos da Lei das S.A. e do artigo 63, § 2.º, do Estatuto Social da Companhia.

21.4 Custo com captação de recursos

O saldo da rubrica de custo com captação de recursos refere-se à captação de recursos por intermédio da emissão de ações da Companhia decorrente do processo de IPO ocorrido em 2017 e ofertas públicas subsequentes de emissão primária de ações ocorrida em 2019 e 2020.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração), ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração e compras), denominado balanço energético, que credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Omega. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado – diferença entre os preços contratados e os de mercado – das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações contábeis.

A Companhia registra as receitas com venda de Crédito de Carbono e ou Certificados de Energia Renováveis (Rec's) no momento do registro das receitas diretamente atribuídas a geração de energia (MWh) do contrato atribuído ao respectivo cliente. Os certificados são emitidos com lastreio ao MWh de energias renováveis, com devida certificação emitida pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

O quadro a seguir apresenta a receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Controladora				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh
Vendas no ACR								
Vendas no ACR	-		-	-	320.193	1.472.556	319.827	1.612.850
Vendas Proinfra	946		-	-	32.794	46.319	31.749	61.616
Excedente/(déficit)	(946)		-	-	1.763	-	(58.654)	-
LER	-		-	-	248.504	986.531	239.214	1.314.485
Vendas no ACL	458.820	1.993.541	-	-	1.096.312	6.206.771	554.490	2.608.072
Mercado curto prazo - CCEE	29.334		-	-	155.764	-	82.553	-
Carteira de <i>trading</i> – MTM	49.853		-	-	18.085		-	-
Venda de crédito de carbono	7.700		-	-	23.274		-	-
Partes relacionadas	115.176	736.412	-	-	-	-	-	-
Impostos e deduções da receita	(56.100)		-	-	(126.970)	-	(67.038)	-
	604.783	2.729.953	-	-	1.769.719	8.712.177	1.102.141	5.597.023

23. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Compra de energia	(445.857)	-	(584.644)	(325.620)
Compra de energia – partes relacionadas	(142.985)	-	(876)	-
Depreciação e amortização	(20.156)	-	(395.287)	(260.859)
O&M	(16.061)	-	(167.833)	(85.103)
Encargos regulatórios	(5.819)	-	(84.980)	(50.210)
Crédito de Pis e Cofins sobre custos	61.042	-	79.690	34.523
Outros	509	-	(13.006)	(7.915)
	(569.327)	-	(1.166.936)	(695.184)

A energia é adquirida de terceiros e tem como finalidade complementar a Geração da Companhia em relação à posição vendida pela Companhia na CCEE. Os créditos de PIS e COFINS decorrem substancialmente das compras de energia.

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas de pessoal	(14.394)	(10.675)	(51.312)	(40.784)
Programa de remuneração baseado em ações	-	(2.348)	-	(2.348)
Depreciação e amortização	(5.087)	(2.434)	(6.737)	(2.696)
Serviços de consultoria e auditoria	(31.235)	(6.466)	(33.784)	(9.234)
Serviços de terceiros	(1.704)	(861)	(4.791)	(2.208)
Publicações e propaganda	(141)	-	(903)	(470)
Outras	(667)	(1.434)	(4.612)	(2.978)
	(53.228)	(24.218)	(102.139)	(60.718)

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020 (reapresentado)	2021	2020 (reapresentado)
Ganho na compra vantajosa Assuruá 3 e VDB	-	169.985	-	169.985
Reversão de <i>impairment</i> de ativos	690.464	-	690.464	-
Baixa de ativos	-	(1.494)	(6.263)	(21.481)
Lucros cessantes	-	-	(7.178)	9.179
Indenização de contratos	-	-	-	(4.094)
<i>Curtailment</i>	-	(1.827)	-	(1.827)
Receitas extemporâneas	-	2.020	-	6.219
Impostos sobre outras receitas	(5)	(49)	(57)	145
Outras receitas (despesas) operacionais	814	473	18.603	24.879
	691.273	169.108	695.569	183.005

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	15.370	13.679	40.282	23.475
Outras receitas	4.283	1.425	3.597	1.378
IR, Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(483)	(661)	(889)	(1.155)
	19.170	14.443	42.990	23.698
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(171.590)	(60.634)	(592.903)	(336.579)
Comissão sobre fiança	(4.382)	(393)	(48.148)	(47.085)
Custo de transação	(5.715)	(4.983)	(36.961)	(9.401)
Juros sobre arrendamentos operacionais	(1.930)	(357)	(12.359)	(11.876)
Atualização monetária contas a pagar aquisição de Assuruá 1 e II	(28.451)	(23.926)	(28.451)	(23.926)
Outras despesas	(6.853)	(824)	(27.397)	(12.549)
	(218.921)	(91.117)	(746.220)	(441.416)
Resultado financeiro líquido	(199.751)	(76.674)	(703.230)	(417.718)

27. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir apresenta o lucro por ação básico e diluído para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021 (reapresentado)	Controladora 2020
Numerador		
Lucro líquido do exercício	306.097	59.161
Denominador		
Média ponderada do número de ações – milhares	187.275	177.295
Lucro por ação básico (em Reais)	1,6345	0,3337
Numerador		
Lucro líquido do exercício	306.097	59.161
Denominador		
Média ponderada do número de ações – milhares	187.275	179.886
Lucro por ação diluído (em Reais)	1,6345	0,3289

A Companhia não identificou instrumentos com potencial dilutivo em 31 de dezembro de 2021.

28. PROCESSOS JUDICIAIS

Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Processos judiciais cuja probabilidade de perda seja classificada como possível não são contabilizados como provisão, mas apenas divulgados nas notas explicativas. São denominados passivos contingentes.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende diretamente da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, ambientais, tributárias, trabalhistas e regulatórias em andamento na esfera judicial, bem como em processos administrativos.

Provisões e passivos contingentes

Provisões em causas discutidas nas esferas administrativa e judicial, cuja expectativa de perda é classificada como provável, baseada nos pareceres jurídicos, foram contabilizados na rubrica outras obrigações e não houve movimentação significativa para o exercício. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$6.726 (R\$17.557 em 2020).

Passivos contingentes em causas discutidas nas esferas administrativa e judicial, cuja expectativa de perda é classificada como possível, baseada nos pareceres jurídicos. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$15.977 (R\$15.283 em 2020).

Natureza	2021		2020	
	Nº de processos	Valor envolvido	Nº de processos	Valor envolvido
Ambiental	7	550	2	2.000
Administrativo	54	233	82	2.094
Cível – Geral	10	3.105	9	3.007
Imobiliário	8	742	7	678
Trabalhista	18	802	23	652
Tributário	46	10.545	7	6.852
Total	143	15.977	130	15.283

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente no seu reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado compreende no seu reconhecimento inicial o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Omega transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Hierarquia do valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para esses ativos.

29.1 Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações contábeis financeiras:

	2021	2020	Consolidado Categoria
Aplicações financeiras - Caixa restrito	226.299	461.771	A
Clientes	365.786	307.395	A
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.660.384	5.896.854	A
Fornecedores	390.168	299.497	A
Outras obrigações	151.734	310.067	A

A – Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação ao caixa restrito, são efetuadas aplicações em títulos de taxas pós fixadas, atreladas ao CDI e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações contratadas substancialmente com o BNDES, remuneradas à TJLP, que é um instrumento de financiamento de projetos de longo prazo, para o qual não existe um mercado ativo, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia apresentados acima são classificados a nível 2 da hierarquia de valor justo.

29.2 Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros

Os principais riscos de taxa de juros atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação das taxas de juros, conforme descrito na Nota 3.

Com o objetivo de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras e dívidas a taxas de juros, na data de 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da CDI, TJLP e IPCA, foi definido o cenário provável para o ano de 2021 com taxa de 7,65% para o CDI, 5,32% para TJLP e 6,90% para o IPCA e, a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa/receita financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade deles em cada cenário, conforme detalhado abaixo:

			Consolidado				
	Exposição	Risco	Cenário provável	Cenário possível - 25%	Cenário possível - 50%	Cenário possível - 25%	Cenário possível - 50%
Controladora	1.959.358	Variação do CDI	232.424	278.358	324.292	186.490	140.556
Controladora	281.229	Variação do IPCA	46.221	53.703	61.186	38.738	31.255
Indaiás	70.656	Variação do CDI	8.702	10.365	12.028	7.038	5.375
Delta 1	133.704	Variação TJLP	11.221	13.298	15.374	9.145	7.068
Delta 2	273.091	Variação TJLP	26.305	30.920	35.535	21.690	17.076
Serra das Agulhas	95.221	Variação TJLP	7.830	9.306	10.783	6.353	4.877
Delta 3	1.089.048	Variação TJLP	112.573	131.893	151.214	93.252	73.932
Delta 5	156.158	Variação do IPCA	18.700	22.696	26.691	14.704	10.709
Delta 6	158.246	Variação do IPCA	18.950	22.999	27.048	14.901	10.852
Delta 7	196.102	Variação do IPCA	24.454	29.494	34.534	19.415	14.375
Delta 8	104.374	Variação do IPCA	13.016	15.698	18.381	10.333	7.651
UGC Assuruá I	38.370	Variação TJLP	1.055	4.122	4.722	2.921	2.321
UGC Assuruá I	128.440	Variação TJLP	11.788	13.797	15.806	9.778	7.769
UGC Assuruá II	674.476	Variação do IPCA	125.828	144.116	162.404	107.540	89.252
UGC Assuruá II	170.345	Variação do CDI	27.970	32.126	36.282	23.813	19.657
UGC Assuruá III	192.982	Variação do IPCA	24.363	29.329	34.296	19.396	14.430
Em 31 de dezembro de 2021	5.721.800		711.400	842.220	970.576	585.507	457.155
Em 31 de dezembro de 2020	5.991.000		484.419	549.487	612.806	422.851	359.532

			Consolidado				
	Indexador	Posição	Cenário provável	Cenário possível - 25%	Cenário possível - 50%	Cenário possível - 25%	Cenário possível - 50%
Aplicações financeiras	CDI	858.499	78.553	98.191	117.829	58.914	39.216
Caixa restrito	CDI	226.299	20.706	25.883	31.060	15.530	9.435
Em 31 de dezembro de 2021		1.084.798	99.259	124.074	148.889	74.444	48.651
Em 31 de dezembro de 2020		1.240.794	23.575	29.469	35.363	17.681	11.788

			Consolidado				
			Cenário provável	Cenário possível - 25%	Cenário possível - 50%	Cenário possível - 25%	Cenário possível - 50%
Em 31 de dezembro de 2021	4.637.002	612.141	718.146	821.687	511.063	408.504	
Em 31 de dezembro de 2020	4.750.206	460.844	520.018	577.443	405.170	347.744	

Os riscos atrelados à carteira de *trading* da Companhia estão ligados à variação do preço de energia.

Com o objetivo de verificar a sensibilidade da exposição dos contratos de compra e venda de energia em 31 de dezembro de 2021, foram gerados milhares de cenários de variação de preços para avaliarmos os impactos no resultado da Omega. O cenário utilizado na contabilização da marcação a mercado considera os preços atuais.

30. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Reversão de <i>impairment</i> de ativos	690.464	-	690.464	-
Baixa de ativo imobilizado	-	-	(6.266)	-
Extensão prazo de concessão	-	-	15.607	-
Ajuste de avaliação patrimonial - incorporação de ações	8.280	-	8.280	-
Emissão de ações na Aquisição de Assuruá 3	-	201.016	-	201.016
Adoção CPC06/IFRS 16 - Arrendamento mercantil	-	14.473	-	14.473
Aumento de capital - incorporação ações Complexo Chuí	116.700	-	116.700	-
Aumento de capital - aquisição de não controlador Santa Vitória do Palmar	-	-	(104.281)	-
Ajuste avaliação patrimonial - incorporação ações Complexo Chuí	8.280	-	8.280	-
Aumento de capital - aquisição OMC	5.994	-	5.994	-
Ajuste avaliação patrimonial - aquisição OMC	(5.809)	-	(5.809)	-

31. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

A Companhia apresenta a conciliação da movimentação patrimonial, incluindo mudanças decorrentes de fluxos de caixas nas atividades de financiamentos e mudanças que não impactam caixa.

(Ativos) / Passivos	Nota	Controladora			
		Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivos de arrendamentos	Patrimônio líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		978.216	14.594	3.742.971	4.735.781
Transações com impacto no fluxo de caixa de atividade de financiamentos					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	1.050.000	-	-	1.050.000
Custo de captação	14	(4.637)	-	-	(4.637)
Pagamento de principal	14	(4.647)	-	-	(4.647)
Aumento de capital decorrente do exercício de opções de ações	21	-	-	12.740	12.740
Ações em tesouraria adquiridas	4.3	-	-	(1.664)	(1.664)
Prêmio recebido na outorga de opções de ações	-	-	-	3.406	3.406
Arrendamentos	19	-	(3.951)	-	(3.951)
		1.040.716	(3.951)	14.482	1.051.247
Outros movimentos que não afetam o fluxo de caixa de atividade de financiamentos					
Pagamento de juros	14	(86.071)	-	-	(86.071)
Juros e variações monetárias	14	171.590	1.930	-	173.520
Amortização do custo de transação	14	5.715	-	-	5.715
Incorporação de empresas	-	101.350	54.728	124.980	281.058
Lucro líquido do exercício	-	-	-	306.097	306.097
Outros	-	-	-	185	185
		192.584	56.658	431.262	680.504
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.211.516	67.301	4.188.715	6.467.532

(Ativos) / Passivos	Nota	Consolidado				
		Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivos de arrendamentos	Patrimônio líquido	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		5.896.854	125.387	3.854.840		9.877.081
Transações com impacto no fluxo de caixa de atividade de financiamentos						
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	1.051.904	-	-	-	1.051.904
Custo de captação	14	(4.637)	-	-	-	(4.637)
Pagamento de principal	14	(1.455.500)	-	-	-	(1.455.500)
Aumento de capital decorrente do exercício de opções de ações	21	-	-	12.740	-	12.740
Ações em tesouraria adquiridas	4.3	-	-	(1.664)	-	(1.664)
Prêmio recebido na outorga de opções de ações	-	-	-	3.406	-	3.406
Dividendos pagos	-	-	-	-	(1.367)	(1.367)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	36	-	36
Arrendamentos	19	-	(15.737)	-	-	(15.737)
		(408.233)	(15.737)	14.518	(1.367)	(410.819)
Outros movimentos que não afetam o fluxo de caixa de atividade de financiamentos						
Pagamento de juros	14	(458.101)	-	-	-	(458.101)
Juros e variações monetárias	14	592.903	12.359	-	-	605.262
Amortização do custo de transação	14	36.961	-	-	-	36.961
Lucro líquido do exercício	-	-	-	298.473	-	298.473
Outros	-	-	-	20.884	-	20.884
		171.763	12.359	319.357	-	503.479
Saldos em 31 de dezembro de 2021		5.660.384	122.009	4.188.715	(1.367)	9.969.741

* * *

GOVERNANÇA CORPORATIVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Andrea Sztajn
Alexandre Suguita
Manuella Oliveira

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Andrea Sztajn
Thiago Trindade Linhares

William Franco de Oliveira
Contador
CRC 1SP256533/O-3

* * *

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Omega Geração S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Omega Geração S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4.6, em decorrência do ajuste de preço identificado na aquisição do Complexo Ventos da Bahia, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reversão de perda por desvalorização de ativos imobilizados

De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, equivalente ao IAS 36, a Companhia é requerida anualmente a preparar estudos internos para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores recuperáveis, seja pelo seu uso ou por sua venda. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou análise da capacidade de recuperação do valor contábil de seus ativos imobilizados, especificamente para as UGCs Filiais Santa Vitória do Palmar e Geribatu, sem identificar indícios de perda do valor de seus ativos. Com base no resultado desses testes, tendo um valor suficiente, a Companhia reverteu a perda por desvalorização anteriormente registrada no valor de R\$ 690.464 mil.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o histórico de perda por desvalorização desses ativos, o grau de julgamento que deve ser exercido pela diretoria para determinação dos valores de recuperação dos mesmos, pela relevância dos valores envolvidos, a complexidade e alto grau de subjetividade no processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos imobilizados, que é baseado em diversas premissas, tais como: a determinação da unidade geradora de caixa, taxas de desconto, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia para anos futuros. Estas projeções são elaboradas com base em premissas que são afetadas por expectativas futuras em relação as condições econômicas e de mercado.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a utilização de profissionais especializados em avaliação para nos auxiliar na revisão do teste de recuperabilidade e na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia na determinação do valor recuperável; (ii) análise histórica da assertividade do processo de projeção de resultados futuros considerando a análise de real versus orçado de anos anteriores; (iii) a avaliação da adequação das informações projetadas incluídas no modelo utilizado pela diretoria; e (iv) a realização de testes para avaliar a integridade dos materiais e documentos que suportam as projeções.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto, incluídas na nota explicativa 13 (teste de impairment de ativos não financeiros).

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados no teste de valor recuperável dos ativos imobilizados preparado pela diretoria da Companhia, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que as avaliações de valor recuperável dos ativos imobilizados preparadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alessandra Aur Raso', is positioned above the printed name and title.

Alessandra Aur Raso
Contadora CRC-1SP248878/O-7